

POVO LIVRE

Director: José Luis Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolive@psd.pt



Um novo
ciclo para
Portugal!



Cavaco Silva à Primeira Volta bate uma Esquerda sem ideias excepto a de «destruir Cavaco»

Cavaco Silva venceu à primeira volta as eleições presidenciais, seguido pelo socialista Manuel Alegre, que ultrapassou o candidato apoiado pelo PS, Mário Soares.

No final do apuramento de votos (exceptuando as duas pequenas freguesias que terão de repetir a votação), Cavaco Silva tinha 50,59 por cento dos votos, contra os 20,72 por cento conquistados por Manuel Alegre, os 14,34 de Mário Soares, os 8,59 de Jerónimo de Sousa, os 5,31 de Francisco Louçã e os 0,44 de Garcia Pereira.

Na sua reacção à vitória eleitoral, Cavaco Silva considerou que os portugueses “disseram com clareza quem queriam para Presidente da República” e prometeu que irá cooperar com o Governo e restantes órgãos de soberania.

“De mim, o Governo legítimo de Portugal, como os demais órgãos de soberania poderão esperar um espírito leal, de respeito, de cooperação e entreajuda”, afirmou Cavaco Silva, na primeira declaração após ter sido eleito.

Na sede do PSD, o nosso Presidente, Luís Marques Mendes, considerou que se fez história em Portugal ao eleger à primeira volta das eleições presidenciais o candidato Cavaco Silva.

“Hoje fez-se história em Portugal”, declarou Marques Mendes, sublinhando o facto de “pela primeira vez em 31 anos de democracia” ter sido eleito um “Presidente da República oriundo” da nossa área política.

“Em meu nome e em nome de todo o PSD felicito vivamente o professor Cavaco Silva por esta extraordinária vitória”, disse Marques Mendes na declaração feita na sede do partido social-democrata em Lisboa.

O líder do PSD frisou ainda a “forma muito clara” como os portugueses elegeram Cavaco à primeira volta.

Cavaco Silva, que venceu hoje as eleições presidenciais, considerou que os portugueses “disseram com clareza quem queriam para Presidente da República”.

“Os portugueses acorreram às mesas de voto numa percentagem muito significativa. Falaram e disseram com clareza quem queriam para Presidente da República”, declarou Cavaco Silva no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, numa reacção aos resultados eleitorais.

O candidato apoiado pelo PSD e CDS-PP, eleito hoje com 50,6 por cento dos votos, considerou que os eleitores puderam comparar “personalidades, ideias e valores” na campanha eleitoral e saudou os portugueses “pelo elevado sentido cívico que demonstraram” nestas eleições.

Cavaco Silva prometeu hoje que, enquanto Presidente da República, irá cooperar com o Governo e restantes

“Neste exacto momento se dissolve a maioria que me elegeram”, afirmou “, numa declaração de cerca de 15 minutos no Centro Cultural de Belém, reiterando que “Quero ser e serei o Presidente de todos os portugueses”.

Apesar do resultado do candidato apoiado pelo PS, Mário Soares, o secretário-geral do PS e primeiro-ministro, José Sócrates, rejeitou que o Governo tenha sido avaliado nestas eleições e afastou a hipótese de um congresso antecipado do seu partido.

Em nome da estabilidade política, frisou também que estará disponível para contribuir para uma boa relação com a Presidência da República.

Já o líder do PSD, Marques Mendes, disse que se fez história em Portugal ao eleger à primeira volta um candidato oriundo da sua área política.

Marques Mendes atribuiu o mérito da eleição a Cavaco Silva, realçando que foi uma vitória “da credibilidade, da confiança, do rigor, da esperança, da seriedade e do espírito de ambição para Portugal”.

ARP



órgãos de soberania, num “espírito leal e de entreajuda”.

“De mim, o Governo legítimo de Portugal, como os demais órgãos de soberania poderão esperar um espírito leal, de respeito, de cooperação e entreajuda”, afirmou Cavaco Silva, na primeira declaração após ter sido

eleito Presidente República com 50,59 por cento dos votos.

Durão Barroso felicita Cavaco Silva pela vitória

O presidente da Comissão

Europeia, José Manuel Durão Barroso, telefonou hoje a Aníbal Cavaco Silva para o felicitar pela vitória nas eleições presidenciais, que considerou representar “o reafirmar da vocação europeia de Portugal”.

“A sua eleição representa o reafirmar da vocação europeia de Portugal precisamente 20 anos após a adesão do país à União Europeia”, salientou, numa declaração à Agência Lusa.

Durão Barroso sublinhou que ao longo dos 10 anos em que Cavaco Silva foi primeiro-ministro (1985-1995), o agora presidente eleito mostrou o seu “entusiasmo e sincero empenhamento” no projecto europeu e a sua “defesa dos valores e ideais comuns” a Portugal e à União Europeia.

Em seu nome pessoal e no da Comissão Europeia, Durão Barroso “felicita calorosamente” Cavaco Silva pela sua eleição como Presidente da República, desejando-lhe “as maiores felicidades pessoais e políticas” no exercício do cargo.

Durão Barroso, que foi ministro dos Negócios Estrangeiros de Cavaco Silva, esteve em Lisboa propositadamente para votar, regressando a Bruxelas antes da noite.

No seu discurso de vitória, proferido já depois de ter recebido congratulações de Soares e Alegre, Cavaco Silva prometeu hoje que, enquanto Presidente da República, irá cooperar com o Governo e restantes órgãos de soberania, num “espírito leal e de entreajuda”.

“De mim, o Governo legítimo de Portugal, como os demais órgãos de soberania poderão esperar um espírito leal, de respeito, de cooperação e entreajuda”, afirmou Cavaco Silva, na primeira declaração após ter sido eleito Presidente República.



O agradecimento ao PSD e a Marques Mendes

Numa declaração de cerca de 15 minutos no Centro Cultural de Belém Cavaco Silva encerrou o capítulo das presidenciais.

“Neste exacto momento se dissolve a maioria que me elegeu. Quero ser e serei o Presidente de todos os portugueses”, disse, sublinhando que as pessoas estarão no centro das suas preocupações enquanto chefe de Estado.

Depois de saudar o mandatário nacional da sua candidatura, o neurocirurgião João Lobo Antunes, o director de campanha, Alexandre Relvas, e a mandatária para a juventude, a médica e fadista Kátia Guerreiro, Cavaco Silva fez questão de agradecer o apoio do PSD e do CDS, nomeadamente dos líderes Luís Marques Mendes, José Ribeiro e Castro e todos dirigentes e militantes dos dois partidos que participaram na campanha.

Cavaco Silva saudou ainda os seus cinco adversários nas eleições presidenciais, lembrando que, ao longo da campanha eleitoral, por todos procurou sempre demonstrar respeito.

“O combate termina aqui hoje. A minha vitória não é a derrota de ninguém, apenas a escolha legítima dos portugueses para os próximos cinco anos. A todos saúdo e desejo votos de êxitos pessoais e profissionais”, salientou.

Afirmando-se ciente do “trabalho

longo e exigente” que o espera enquanto Presidente da República, Cavaco Silva disse que agora é tempo de “deitar as mãos à obra”.

“Encerramos um longo ciclo eleitoral. Cabe agora a todos deitar as mãos à obra”, afirmou, prometendo exercer a magistratura da Presidência da República “com uma fê inabalável na liberdade e na democracia”.

Cavaco Silva aludiu ainda ao “valor do diálogo”, prometendo ser um “Presidente que pratica o diálogo, que sabe ouvir e estimular consensos”.

“O lema que escolhi para a minha campanha foi ‘Fazer um Portugal Maior’. E esse é o meu sonho”, sublinhou.

PSD/Açores destaca contributo das ilhas para vitória de Cavaco

O líder do PSD/Açores afirmou hoje que o arquipélago deu um contributo para a “grande vitória eleitoral” de Cavaco Silva e defendeu que os açorianos “têm razão” para ter “uma esperança reforçada” com os resultados.

“Nos Açores vencemos em todos os concelhos, o que, para além de demonstrativo da adesão à candidatura do professor Cavaco Silva, mostra que não há donos dos votos dos açorianos, que escolheram de acordo com o seu sentimento”, afirmou Carlos Costa Neves aos jornalistas.

Na sede de candidatura de Cavaco Silva na cidade de Ponta Delgada, onde foi apresentar cumprimentos à mandatária regional, o líder do PSD/Açores considerou que “os açorianos, como todos os portugueses, têm razão para ter uma esperança reforçada”.

“Estou seguro que o professor Cavaco Silva contribuirá sempre para afirmar os valores democráticos, para manter o essencial da democracia em funcionamento”, acentuou o dirigente social-democrata.

O líder do PSD/Açores sublinhou, ainda, que Cavaco Silva vai demonstrar “saber respeitar os valores autonómicos, tal como o Estatuto Político-Administrativo e a Constituição os define”.

Neste quadro, disse ainda esperar que Cavaco Silva “dê um contributo” para que o sistema democrático dos Açores “funcione também plenamente”.

Na sede de candidatura de Cavaco Silva no centro da cidade de Ponta Delgada, concentraram-se alguns dirigentes e militantes do PSD/Açores, assim como vários apoiantes, que agitavam bandeiras, enquanto passavam pelo local automobilistas buzinando e gritando “vitória”.

Nos Açores, onde há um governo regional de maioria socialista, Cavaco Silva obteve 55,57 por cento, enquanto que Mário Soares ficou com 19,73 por cento dos votos, Manuel Alegre 16,55 por cento, Francisco Louçã 4,95, Jerónimo Sousa 2,77 e Garcia Pereira 0,43 por cento.

Na Madeira, Alberto João Jardim diz que vitória Cavaco repõe “capital de esperança” no país

O presidente do Governo Regional da Madeira, Alberto João Jardim, considerou que a vitória de Cavaco Silva nas eleições presidenciais de hoje abre “novas perspectivas para o futuro” repõe “um certo capital de esperança no país”.

Jardim considerou esta vitória “merecidíssima e justa”, manifestando solidariedade e lealdade a Cavaco Silva, “sem prejuízo das convicções dos autonomistas e social-democratas madeirenses”.

“Espero de Cavaco Silva, como Presidente da República, uma atenção muito especial à situação em que o país se encontra, que exerça as suas competências constitucionais, no sentido de poder afastar algumas dificuldades criadas por José Sócrates e repor uma certa normalidade institucional no relacionamento entre os governos da República e regional”, sustentou.

Jardim disse não renegar o passado, admitindo algumas divergências com Cavaco Silva, “não no domínio dos princípios ou valores, mas em questões concretas, quer como primeiro-ministro, quer em incidentes posteriores que houve com governos do PSD”.

“Neste momento estão em jogo aspectos mais importantes que essas quezílias”, sublinhou.





Considerou que o “grande derrotado” destas eleições é o secretário-geral do PS e primeiro-ministro, José Sócrates.

“Quero lembrar que esta noite ele viu derrotados os dois grupos que se lhe oponham dentro do PS, que era a família Soares e seus seguidores e Manuel Alegre, o seu principal adversário nas últimas eleições internas”, afirmou.

Por seu turno, a mandatária na Madeira da campanha do Presidente eleito, Isabel Torres, felicitou Cavaco Silva e realçou: “Portugal é que venceu, num dia decisivo em que o povo soube escolher”.

Disse que o resultado na Madeira foi “muitíssimo bom” e que os madeirenses “acreditaram que esta candidatura poderia dar a volta ao ciclo negativo que estamos a viver em Portugal”.

“Espero que haja uma mediação do novo Presidente entre os governos da República e regional, num diálogo profícuo e fluído na resolução dos problemas da Madeira”, afirmou.

Cavaco Silva venceu hoje as eleições presidenciais em todos os onze concelhos da Região Autónoma da Madeira, obtendo 58,47 por cento dos votos.

Em segundo lugar na Região ficou o dirigente socialista Manuel Alegre, com

15,72 por dos votos, seguido do candidato apoiado pelo PS, Mário Soares, que obteve 11,90 por cento, Francisco Louça (7,79), Jerónimo de Sousa (5,16) e Garcia Pereira (0,96).

A chegada de Cavaco ao Centro Cultural de Belém

O futuro Presidente da República apenas chegou ao Centro Cultural de Belém (CCB) - o local onde decorreu a noite eleitoral da sua candidatura - por volta das 22:00, altura em que os resultados estavam praticamente

fechados e davam como certa a sua vitória à primeira volta.

A primeira declaração do futuro chefe de Estado realizou-se num cenário teatral, com as cortinas pretas do palco de um auditório do CCB a abrirem, mostrando Cavaco Silva de mão dada com a mulher.

Com dez bandeiras portuguesas em fundo, como há três meses quando anunciou a sua candidatura, também no CCB, o antigo primeiro-ministro prometeu cooperar com o Governo num espírito “leal, de respeito e entreajuda”.

Repetindo muitas das ideias-chave que desenvolveu na campanha, como a importância da estabilidade política e do diálogo social Cavaco Silva fez questão de agradecer aos dois partidos que o apoiaram, PSD e CDS, nomeando os respectivos líderes.

Cavaco Silva dirigiu-se depois às comissões política e de honra e aos convidados, e no final, foi à varanda do CCB para saudar a multidão de populares que gritavam “vitória, vitória!”.

Pouco depois, o Chefe de Estado eleito, entrou no carro de regresso a casa, pouco mais de uma hora depois de ter chegado.

A eleição de Cavaco Silva para Presidente da República foi festejada domingo em Lisboa por duas multidões de pessoas, uma em frente do Centro Cultural de Belém (CCB) e outra na Rotunda do Marquês, com alguns jovens a escalamem a estátua, com bandeiras nacionais, a distinguirem-se dos que festejavam em baixo

A festa começou em frente ao CCB, onde uma multidão com bandeiras de Portugal, da candidatura e do PSD aplaudiu o Presidente da República eleito e gritava “Cavaco amigo, o povo está contigo”.





“Espero que traga estabilidade”, disse à Lusa uma apoiante pouco antes de Cavaco Silva se dirigir à multidão.

Da varanda do CCB, Cavaco Silva agradeceu aos portugueses a vitória nas eleições presidenciais e sublinhou que esta “foi uma noite inesquecível”.

Meia hora depois, os festejos dispersaram-se pela Avenida 24 de Julho e pelas ruas da baixa de Lisboa. Num clima de festa, centenas de

automobilistas com cachecóis, bandeiras e muitos apitos, subiram a Avenida da Liberdade e pouco a pouco foram-se concentrando junto à Rotunda do Marquês do Pombal.

Aníbal Cavaco Silva, 66 anos, foi eleito Presidente da República com 50,6 por cento dos votos, embora estejam ainda por apurar os resultados de duas das 4260 freguesias do país e de parte dos votos da emigração. Que no entanto, já se sabem pesarem muito maioritariamente em favor do candidato apoiado pelo PSD

O dia de Cavaco Silva

Cavaco Silva venceu as eleições Presidenciais, à primeira volta, com 50, 59 por cento dos votos e a vitória foi festejada dentro e fora do Centro Cultural de Belém, pelas ruas da cidade de Lisboa e por todo o País.

Cavaco Silva passou o dia coma família e só se deslocou à sede da sua candidatura quando já não havia dúvidas sobre a sua vitória.

O Presidente-Eleito chegou ao Centro Cultural de Belém cerca das 22 horas e fez uma declaração de

vitória num cenário previamente preparado. Cavaco Silva surgiu de mão dada com a mulher com as dez bandeiras ao fundo do teatro, tal como no dia em que apresentou a sua candidatura.

“O combate termina aqui. A minha vitória não é a derrota de ninguém, apenas a escolha dos portugueses para os próximos cinco anos. A todos saúde e desejo votos de êxitos pessoais e profissionais”, disse na sua primeira declaração.

Depois da declaração de vitória dirigida às Comissões Políticas e de Honra e convidados especiais, Cavaco Silva dirigiu-se à varanda do CCB para, com toda a família ao lado, saudar todos os apoiantes que gritavam “vitória, vitória”.

Agradecendo, emocionado, Cavaco Silva deixou a custo a varanda do edifício do Centro Cultural de Belém e foi manifestar a sua gratidão a todos quantos contribuíram para a sua vitória.

Seguiu-se o regresso a casa, vencida a confusão de todos quantos o rodeavam e procuravam vencer a barreira da segurança.

O crescendo imparável de entusiasmo nos últimos dias da campanha

Nos últimos dias de campanha, o Professor Cavaco Silva multiplicou-se em presenças, e Norte e Sul e Portugal, marcando a diferença entre uma candidatura “Pró Portugal”, e as restantes candidaturas, que pouco mais foram que “Anti-Cavaco”. As constantes faltas de ética, o recurso à mentira e ao insulto – que foram ampliadas e desenvolvidas por muitos sectores da Comunicação (não





todos, honra lhes seja feita!), caracterizaram da pior forma a campanha e tiveram um crescendo na última fase, com todos os adversários irmanados num “anti-cavaquismo primário”, que um dia será analisado como um “case study” de terceiro-mundismo, num país que se pretende civilizado e democrático...

Cavaco Silva marcou a sua presença por uma adesão real de todos os que nele votaram, por convicção e

não por conveniência de momento...

Foi assim em Aveiro, em que o candidato lembrou que “Um País que não cuida dos seus jovens não tem, certamente, um futuro muito promissor”, para depois afirmar que “Hoje, em Portugal, há milhares e milhares de bandeiras do Portugal Maior no ar. Hoje a bandeira do Portugal Maior, é um símbolo de esperança, um sinal de que vamos vencer as diferenças”.

O maior jantar/comício da campanha, até esse momento, reuniu cerca de 4500 pessoas, e Cavaco Silva, surpreendido com tão grande mobilização, em Aveiro, pediu a todos os apoiantes que “não descansem até domingo” porque “é aí que se vai decidir o futuro para os próximos cinco, dez, quinze anos” de Portugal.

“Entendo nesta situação, que os políticos devem juntar esforços para dar resposta aos problemas nacionais.

Juntar esforços com o Governo, com a Assembleia da República, com os partidos da oposição, para que juntos possamos criar mais empregos, para que pensemos mais nos nossos jovens”, disse, e acrescentou:

“Um País que não cuida dos seus jovens não tem, certamente, um futuro muito promissor.”

Cavaco Silva saudou a presença do Presidente da UGT, João Dias da Silva recordando o reconhecimento público da importância do diálogo e da concertação social efectuada nos tempos em que foi Primeiro-Ministro.

Além de João Dias da Silva e do mandatário distrital, Nogueira Leite, no jantar-comício no Pavilhão das Feiras participaram o presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Élio Maia, o presidente dos Trabalhadores Social Democratas, Arménio Santos e o secretário-geral do CDS-PP, Martim Borges de Freitas.

Em São João da Madeira

O acolhimento em São João da Madeira, apesar da chuva, deixou Cavaco Silva emocionado, mas também, determinado no apelo a todos para que votem no próximo dia 22 de Janeiro

“Esta recepção em São João da Madeira, em dia de chuva, é verdadeiramente esmagadora e ao candidato não é fácil encontrar as palavras para dizer o que lhe vai na alma”, disse Cavaco Silva, depois de mais uma movimentada arruada na Avenida Dr. Renato Araújo.

Os comerciantes ajudaram à festa.





Havia quem não se importasse de oferecer, além do voto, com presente, um dos artigos que tinha para vender. A juventude gritava: 'Cavaco à primeira' e até, 'Cavaco é fixe!'

"Falem com familiares, com colegas, com amigos, para esclarecê-los, para mobilizá-los, para que aproveitem esta oportunidade que é dada aos portugueses no próximo

domingo para ultrapassar esta fase tão difícil em que o País está mergulhado", afirmou Cavaco Silva.

Entusiasmado com o apoio, acrescentou: "Ninguém deve ficar em casa. A escolha é demasiado importante para que deixemos na mão dos outros aquilo que compete a nós escolher. Façam erguer a sua voz, como hoje estão aqui a erguê-la, aqui

em São João da Madeira", disse Cavaco Silva.

O dia de campanha de Cavaco Silva pelo distrito de Aveiro começou com contactos com a população em Santa Maria da Feira. Aqui, na Praça Dr. Gaspar Moreira, como tem acontecido nos últimos dias, o diálogo foi espontâneo e... surpreendente.

Cavaco Silva falou com vários apoiantes, parou no café e falou da volta pelo País, das 70 mil pessoas com quem já contactou e deixou escapar um pequeno desabafo: "Quando os outros candidatos têm cem pessoas é uma multidão, nós quando temos mil é escassez..."

No diálogo com os jornalistas evitou, mais uma vez, comentar declarações de outros candidatos, sublinhando que todas as declarações partidárias são para esquecer.

"Na segunda-feira tudo o que aconteceu nesta campanha será passado e só terei olhos para o futuro", disse Cavaco Silva aos jornalistas.

Em Vila Real

"Não é por ser professor que vos estou a dar trabalho de casa, é a minha profunda convicção de que esta escolha é muito importante para Portugal", disse Cavaco Silva em Vila Real, apelando aos apoiantes para mobilizarem todos os possíveis eleitores, para que ninguém deixe de votar nas próximas eleições presidenciais.

A quatro dias do fim da campanha, num jantar-comício com mais de mil pessoas, Cavaco Silva optou por marcar o trabalho de casa a todos os seus apoiantes: "Penso que cada um de vós conhece bem os candidatos e, por isso, está à altura de esclarecer outras pessoas".

"Falem com aqueles que





encontrarem na rua, no café, na farmácia, na pastelaria, no local de trabalho para que venham votar”, referiu, acrescentando:

“Ninguém, nenhum português, se pode acomodar. Por isso, hoje, tenho a convicção ainda mais forte de que Portugal pode vencer”.

Cavaco Silva prometeu, que, se for eleito, defenderá a estabilidade política e será o Presidente da esperança, “a esperança que está a renascer em Portugal”.

Em Mirandela

“Serei o Presidente do sim à cooperação, o Presidente do sim para a confiança, o Presidente do sim à defesa dos interesses da nossa Pátria”, disse, Cavaco Silva num almoço em Mirandela com cerca de 1200 apoiantes da sua candidatura.

Cavaco Silva prometeu, se for eleito, dar o exemplo desta colaboração que urge implementar entre os portugueses para que estes se habituem “a dizer mais vezes sim à cooperação”.

“Ainda há muita coisa por fazer para ajudar esta gente do Nordeste”, reconheceu e, numa alusão a um dos principais problemas do distrito de Bragança (o abandono escolar), defendeu:

“Que nenhum jovem seja desviado da escola só porque os pais têm falta de recursos”.

Todos os distritos têm os seus produtos, as suas potencialidades, e

Cavaco Silva prometeu que, embora o Presidente da República não tenha competência para governar nem legislar tem “a legitimidade de ser eleito directamente pelo povo”, e por isso, a obrigação de ajudar.

Terminou dizendo que todos se devem sentir convocados para fazer uma escolha para o nosso País e, no fundo, todos os portugueses querem “fazer um Portugal maior”.

Em Chaves

À chegada a Chaves, outra enchente deixou Cavaco Silva surpreendido. De pé, em cima do carro, acenou à população e teve de pedir aos apoiantes entusiasmados que se desviassem, para poder visitar a sede da sua candidatura.

“Está aqui a prova do que Chaves quer no próximo dia 22 de Janeiro”,

disse Cavaco Silva e, acrescentou: “Esta é uma manifestação forte e esclarecedora”.

Os apoiantes responderam às palavras de Cavaco Silva concordando com a sua mensagem e pedido uma vitória já no próximo domingo.

“Já há muito tempo que não vinha cá”, reclamou uma senhora.

Cavaco Silva respondeu: “Tem



razão, prometo vir cá mais depois da eleição”.

Cavaco Silva aproveitou a onda de entusiasmo para apelar ao voto salientando a importância desta eleição.

“Esta eleição é muito importante para o futuro dos portugueses nos próximos cinco, dez, e até mesmo quinze anos”. “Mesmo 20”, disse um popular.

Em Castro D’Aire

“Escolham de acordo com a vossa consciência. Fiz o meu dever, percorri o País não atacando ninguém, não insultando ninguém e no final desta campanha, sinto que cumpri o meu dever”, disse Cavaco Silva em Castro Daire.

Depois de percorrer todos os distritos, Cavaco Silva reconheceu em Castro Daire, distrito de Viseu, já quase no final da campanha, que cumpriu o seu dever: “Falei dos problemas do País, das dificuldades na nossa Pátria, falei sempre para os portugueses”.

A volta pelo País que encerrou em Lisboa na sexta-feira, em Lisboa permitiu a Cavaco Silva recolher sinais inequívocos do povo simples, do que o preocupa no seu dia-a-dia e, sobretudo, das suas ambições para o futuro.

“O povo de Norte a Sul, do interior ao litoral tem vindo para a rua erguendo um grito de esperança”, referiu, lembrando a necessidade de combater a abstenção:

“Vão votar. Não deixem que os

outros escolham por vós”, salientou.

Ainda antes, em S. Pedro do Sul, Cavaco foi brindado à chegada com a música de Isabel Silvestre, mandatária local que não poupou energias e entusiasmo para apoiar a candidatura de Cavaco Silva à Presidência da República.

Cavaco escutou, atentamente, as canções, o discurso e as palavras de ordem e apelou ao voto: “Vim aqui para saudar a boa gente deste Concelho, chamar à atenção para a eleição do próximo Domingo, uma eleição que tem muito a ver com o futuro do nosso País. Ninguém deve ficar em casa no próximo Domingo”.

Em Viseu

“O próximo Domingo é o dia de cuidar do futuro de Portugal. Eu confio nos portugueses e como sei que os portugueses me conhecem, podem confiar em mim”, afirmou Cavaco Silva em Viseu, no final de um emocionante dia de campanha pelo distrito.

“Nós passámos tempos difíceis e fomos sempre capazes de vencer”, lembrou Cavaco Silva aos cerca de 7 500 apoiantes que encheram completamente o pavilhão do INATELL e gritaram bem alto as palavras de ordem da campanha, mas aqui com um colorido regional: “Cavaco amigo, Viseu está contigo”, “Aqui na Beira, Cavaco à primeira”.

“O próximo domingo pode ser a oportunidade de transformar os sonhos em realidade. Não podemos

permitir que os nossos sonhos continuem adiados”, afirmou, sublinhando a responsabilidade de cada um nestas eleições Presidenciais.

“Domingo pode ser a hora da verdade, a responsabilidade é grande sobre cada um de vós”, referiu recordando o apoio que sempre teve das gentes de Viseu, mais uma vez demonstrado na multidão que encheu e animou o pavilhão.

Como tem feito ao longo de toda a campanha, que amanhã encerra em Lisboa, Cavaco Silva optou sempre por enfrentar os problemas pela positiva e prometeu, se vencer as eleições, ser o Presidente da confiança, da estabilidade, da cooperação e da coesão nacional.

Em Lisboa, no último dia da campanha

O tempo ajudou e até o sol apareceu para tornar mais vivas as cores do Portugal Maior na primeira grande arruada, na Avenida da Igreja, em Lisboa, na manhã do último dia da campanha de Cavaco Silva à Presidência da República.

A concentração começou muito antes da chegada do candidato no largo Frei Heitor Pinto animada com o colorido das bandeiras do Portugal Maior, o som forte dos bombos da Associação de Bombos das Mercês, Sintra, o hino da candidatura na voz vibrante de Kátia Guerreiro.

Cavaco Silva chegou, vindo da Av. Rio de Janeiro e só a muito custo conseguiu sair do carro, tal era a concentração de apoiantes. A esperá-

lo estavam o mandatário nacional, João Lobo Antunes, o mandatário distrital, Medina Carreira, a mandatária para a Juventude, Kátia Guerreiro, e as ex-ministras Manuela Ferreira Leite e Leonor Beleza.

Aberto o caminho, Cavaco Silva começou a descer lentamente a Avenida da Igreja cumprimentando as pessoas, agradecendo os apoios muitos deles vindos das varandas das casas, algumas delas também enfeitadas com as cores da candidatura.

Apesar dos apertões - havia quem gritasse que nem via a cabeça dele - Cavaco Silva mostrou-se aos lisboetas sempre sorridente e nunca regateou cumprimentos, durante quase uma hora da arruada. No final, antes da emocionante despedida em cima do carro, reconheceu, satisfeito que “o povo está unido”.

“A meta está a apenas 48 horas. Convido todos os portugueses não ficarem em casa. É necessário que cheguemos à meta todos unidos, num pelotão compacto e solidário”.

A entrada da sua residência, Cavaco Silva ainda agradeceu o apoio dos vizinhos e populares que o aguardavam e respondeu às últimas perguntas dos jornalistas sublinhando que se encontrava satisfeito com os votos que os portugueses lhe deram, porque simbolizam confiança e esperança.

Fontes: Gab. Campanha, Lusa. Fotos: Luís Saraiva, Gab. Campanha, Lusa; coordenação, L. Rodrigues





Declaração de Voto sobre a Lei da Rádio

Deputado Agostinho Branquinho

Assembleia da República, 19 de Janeiro 2006



A revisão parcelar da Lei da Rádio que agora termina teve como objectivo legislar sobre a promoção da música portuguesa, aos mais variados níveis.

O ponto de partida sobre esta matéria merecia uma larga consensualidade, uma vez que o que estava em questão prendia-se – prende-se – com a defesa de língua e da cultura portuguesa. Ora, a prossecução desse objectivo, de grande alcance estratégico, pode ser atingida, também, através da música

portuguesa, da sua promoção e difusão no espaço radiofónico, conquistando novos públicos, quer no espaço geográfico nacional, quer através de internacionalização dessa importante expressão criativa.

Por isso, aceitamos que, excepcionalmente se imponham limites ao princípio, para nós, basilar da liberdade de programação.

Porém, na discussão na especialidade, não foi possível consagrar algumas das posições políticas que, há longo tempo, o PSD defende, nomeadamente a de não termos uma visão meramente punitiva sobre o controlo da emissão de música portuguesa. Para nós, o que poderá incrementar novos gostos e novas formas de adesão à música portuguesa passará, antes de mais, pela criação de mecanismos de incentivo aos diversos agentes envolvidos na área musical, entre os quais se encontram, naturalmente, os operadores radiofónicos.

Algumas alterações introduzidas na parte final de discussão na especialidade, nomeadamente as relativas às excepções, relacionadas com as geralmente designadas por

“rádios temáticas”, e a consagração de um período de transição, permitiram atenuar que o resultado desta revisão parcelar da Lei da Rádio -privilegiasse uma parte dos agentes envolvidos neste processo. O compromisso alcançado permitirá, do nosso ponto de vista, a médio prazo, introduzir alterações que reputamos de relevantes e que tornarão possível que esta alteração legislativa seja, por um lado, exequível (o que não sucedeu, por exemplo, com a legislação aprovada em 1981) e, por outro, criar um clima de confiança e de diálogo com todas as partes das indústrias musical e do audiovisual.

Para o PSD o que é central nesta discussão é que estamos a legislar numa área sensível em profunda e em acelerada mutação tecnológica. Assim, o legislador não pode actuar sem ter em linha de conta todo o contexto, com o perigo óbvio de criar uma lei datada e ultrapassada.

As novas tecnologias de informação, a Internet, o Cabo, o Satélite, a Televisão Digital Terrestre, o DAB, o iPod, etc., criaram já novos tipos de consumo de música que põem

em causa as formas tradicionais, onde, obviamente, se inclui a emissão radiofónica, nomeadamente, a hertziana em frequência modelada.

É, assim, tendo em linha de conta esta nova realidade que a Assembleia da República deve legislar.

Por entendermos que esta revisão parcelar da Lei da Rádio, em alguns aspectos, não procura o equilíbrio entre os diversos agentes do sector, não tem em atenção o contexto onde estamos a interagir e não prevê mecanismos de incentivo, quer à indústria, quer aos operadores radiofónicos que dão um maior relevo à difusão e à promoção da música portuguesa, o Grupo Parlamentar do PSD optou pela abstenção.

Estamos seguros que, num futuro muito próximo, revisitaremos esta matéria e desejamos que então todos tenhamos a visão estratégica para percebermos o que está, de facto, em questão e, desse modo, desenharmos uma solução que dê uma resposta mais global e efectiva ao nosso objectivo inicial: a defesa da cultura e da língua portuguesa.

O PSD propõe:

Requerimento ao Ministério da Administração Interna
Sobre as informações vindas a público que indicam a vontade do Governo encerrar a esquadra da Polícia de Segurança Pública na Cidade de Torres Vedras
Deputado Duarte Pacheco

Requerimento à Câmara Municipal de Torres Vedras
Sobre as informações vindas a público que indicam a vontade do Governo encerrar a esquadra da Polícia de Segurança Pública na Cidade de Torres Vedras
Deputado Duarte Pacheco

Requerimento à Câmara Municipal do Seixal
Sobre o tribunal de família e de menores e da comarca do Seixal - estacionamento de viaturas “abandonadas”
Deputados Luís Rodrigues; Luís Carloto Marques

Requerimento ao Ministério da Justiça e Ministério da Administração Interna
Sobre o tribunal de família e de menores e da comarca do Seixal - estacionamento de viaturas “abandonadas”
Deputados Luís Rodrigues; Luís Carloto Marques

Requerimento ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
Sobre a colocação de técnicos de apoio às comissões de protecção de crianças e jovens em perigo, no distrito de Bragança
Deputado Adão Silva

Requerimento ao Ministério da Administração Interna
Sobre o guia pratico do processo eleitoral – Eleição do Presidente da República 2006.
Deputado José Manuel Ribeiro

Requerimento ao Ministério da Educação
Sobre a escola Portuguesa de Macau
Deputados José Almeida Cesário; Carlos Páscoa Gonçalves

Requerimento ao Ministério da Saúde
Sobre a situação do centro de saúde de Santa Comba Dão
Deputado do Círculo Eleitoral de Viseu

Requerimento ao Ministério da Administração Interna
Sobre a reestruturação das forças policiais e insegurança no distrito de Viseu
Deputado do Círculo Eleitoral de Viseu

Requerimento à Direcção do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS)

Sobre a precariedade dos serviços de assistência social dos países de acolhimento da Comunidade Portuguesa, em particular na América do Sul e África
Deputado Carlos Páscoa

Requerimento ao Ministério da Justiça
Sobre o endividamento por crédito habitação
Deputados Jorge Costa; Agostinho Branquinho
Requerimento à Associação Portuguesa de Bancos
Sobre o endividamento por crédito habitação
Deputados Jorge Costa; Agostinho Branquinho

Requerimento à Caixa Geral de Depósitos
Sobre o endividamento por crédito habitação
Deputados Jorge Costa; Agostinho Branquinho

Requerimento ao Ministério da Administração Interna
Sobre o provável encerramento dos postos da GNR de Sangalhos e Bustos
Deputado José Manuel Ribeiro

Requerimento ao Governo
Sobre o Rendimento Social de Inserção (RSI) no Arquipélago dos Açores
Deputados João Bosco Mota Amaral; Joaquim Ponte

Requerimento à Direcção da TAP Portugal
Sobre a ligação pela TAP Portugal das cidades de Lisboa e/ou Porto com a cidade de Belém no Estado do Pará no Brasil
Deputado Carlos Páscoa

Requerimento ao Ministro da Presidência
Sobre o contrato de patrocínio publicitário entre a Liga Portuguesa de Futebol Profissional e a BETandWIN
Deputado Pedro Quartín Graça

Requerimento à Secretaria de Estado do Desporto e Juventude
Sobre a exclusão de Guimarães do calendário definitivo do EURO SUB-21, a realizar em Portugal de 23 de Maio a 4 de Junho.
Deputado Emídio Guerreiro



Intervenção sobre a Convenção 175 da OIT, respeitante ao trabalho a tempo parcial

*Deputado Arménio Santos
Assembleia da República, 20 de Janeiro 2006*

(...)

O PSD aprova.

Esta Convenção teve o apoio, em 1994, dos representantes portugueses na octogésima primeira sessão da Conferência Geral da OIT – governo e parceiros sociais, sindicais e patronais.

Basicamente, a Convenção nº175 da OIT, pelos seus artigos 4º a 7º, estabelece um núcleo de regras que devem ser respeitadas, a fim de que os trabalhadores a tempo parcial recebam a mesma protecção e usufruam dos mesmos direitos que os concedidos aos trabalhadores a tempo completo e que se encontrem numa situação comparável.

Essas regras abrangem direitos como:

- à negociação colectiva



- à segurança e à saúde no trabalho
- ao salário proporcional à duração do trabalho ou aos ganhos
- à segurança social

- à protecção na maternidade
- e às férias, entre outros.

Esta modalidade de trabalho tem vindo a aumentar, face às novas formas de organização empresarial e económica, que exigem diversos tempos de trabalho.

Na União Europeia, o emprego a tempo parcial tem uma importância crescente, desenvolvendo-se sobretudo desde a década de 80, atingindo em alguns países valores acima dos 20% do emprego assalariado.

Era o que se passava já em 1997, em países como a Holanda (38%), Suécia, Reino Unido e Dinamarca.

Em Portugal, o trabalho a tempo parcial também constitui uma realidade cada vez maior, correspondendo actualmente a cerca

de 9% da generalidade dos contratos de trabalho.

Este tipo de trabalho incide fundamentalmente em mulheres e pessoas no início ou no fim da sua actividade profissional.

É tendo em consideração a importância crescente deste tipo de emprego e em especial o número de pessoas que envolve, que a Convenção nº175 procura balizar um conjunto de direitos mínimos para esses trabalhadores - que no essencial já estão em vigor no ordenamento jurídico do nosso País - em ordem a evitar discriminações e a garantir a devida dignidade a quem trabalha.

É por estas razões, e como no início afirmamos, que apoiamos a Resolução nº23/X apresentada pelo Governo.

Intervenção sobre os modelos de financiamento e gestão do sistema rodoviário

*Deputado Herminio Loureiro
Assembleia da República, 19 de Janeiro de 2006*

(...)

As minhas primeiras palavras no encerramento deste debate, são para dizer que valeu a pena, o PSD ter insistido para que a questão do financiamento e gestão do sistema rodoviário fosse discutida nesta Câmara. Ficaram igualmente bem patentes as razões dos sucessivos adiamentos tentados pelo Governo para a realização deste debate.

Portugal vive uma situação grave e difícil, mas para o Governo não parece, pois continua a adiar mexer nas SCUT's, de forma errada e injusta, mantendo uma ambiguidade nesta e noutras matérias que se torna extraordinariamente perigosa e preocupante.

Os Portugueses já perceberam que têm de fazer sacrifícios. Mas estamos certos que não perdoarão se esses sacrifícios servirem apenas para sustentar políticas erradas e o desperdício de um Estado demasiado grande e muito pouco eficiente.

O que se pede ao Governo é que, em qualquer caso e de forma particular num quadro de contenção, faça uma avaliação rigorosa e muito criteriosa de todos os investimentos.

Grave, muito grave, são as frequentes contradições dentro do Governo. Não auguram nada de bom.

Quanto às SCUT's as contradições são mais que muitas.

Na apresentação do Orçamento do Estado, o Ministro das Finanças pré anunciou a intenção de introduzir portagens, pelo menos em algumas SCUT's existentes. Pouco tempo depois, o Primeiro-Ministro veio publicamente desautorizá-lo e garantir que as auto-estradas sem portagens são mesmo para manter. Mais recentemente o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações voltou a anunciar portagens. Belos exemplos de coordenação e transparência!

No fundo todos percebemos o que está em causa.

Mais uma vez o Governo socialista pensa primeiro nas eleições e só depois no País.

O problema não é apenas o de contradição entre o Primeiro-Ministro e os diferentes Ministros.

A contradição é grave, quando o Governo em questões essenciais, diz e desdiz-se, fala a duas ou mais vozes, porque obviamente não transmite confiança aos agentes económicos e não gera credibilidade

junto dos Portugueses.

O problema é que ninguém consegue compreender que se continue a penalizar com mais impostos as empresas, as famílias e os reformados ao mesmo tempo que o Governo teima no capricho de algumas auto-

estradas não serem pagas pelos utilizadores.

Infelizmente uma política com dois pesos e duas medidas que só serve para baralhar e confundir. Não ajuda a esclarecer, não ajuda a tranquilizar e sobretudo a motivar os Portugueses.

Se dúvidas houvessem quanto ao erro das SCUT's, o Tribunal de Contas, encarregou-se de novo, de com clareza e estrondo as dissipar.

(...)

\O PSD não se limita a criticar.

Propomos alternativas. O objectivo é acabar com o projecto das auto-estradas em que os utilizadores não pagam portagens,



mas em que todos, repito todos os contribuintes as suportam através dos impostos que pagam.

Não estamos a falar de pequenas verbas.

Estamos a falar de 700 Milhões de Euros por ano, a partir já de 2007, até ao ano de 2023. 700 Milhões de Euros pagos, ano a ano, pelos impostos de todos os Portugueses, incluindo aqueles que não utilizam essas auto-estradas.

Se os utilizadores das SCUT's pagarem as adequadas e justas portagens porventura deixará de ser necessário haver aumento de impostos, como os que o Governo tem ultimamente aprovado.

As SCUT's são um luxo, que o País não está em condições de suportar.

(...)



Intervenção sobre os modelos de financiamento e gestão do sistema rodoviário

Deputado Jorge Costa

Assembleia da República, 19 de Janeiro 2006

(...)

Coincidência das coincidências. Ironia das ironias. Este debate solicitado pelo PSD, há já algum tempo, ocorre precisamente no dia em que se faz sentir sobre os portugueses as consequências do brutal aumento de preço dos combustíveis, consequência do aumento de impostos decidido pelo Governo. Este é um aumento que nada tem que ver com aumentos de preço de petróleo ou com quaisquer razões de conjuntura externa. É um aumento que se destina exclusivamente a suportar o encargo com as SCUT.

Os portugueses sentem agora ainda mais, no bolso, as consequências da injustiça das decisões deste Governo. É um aumento tremendamente injusto, o mais injusto de sempre. Desta forma todos pagam as portagens, passem ou não na auto-estrada, e pagam mesmo aqueles que nem carro têm.

Mas infelizmente não se fica por aqui. Outros aumentos de igual teor estão já previstos agravando cada vez mais as, já difíceis, condições de vida dos portugueses.

Na altura do orçamento de Estado alertamos para a injustiça e votamos contra. Não o fizemos por mero capricho. Não nos quiseram ouvir. Este aumento de preços dos combustíveis é a consequência da política errada seguida por este Governo no domínio dos impostos.

(...)

Tarde, o Governo decidiu arrepiar caminho. Demorou a dar ouvidos àqueles que, como nós, há muito tempo, em diferentes ocasiões e pelas mais variadas formas, vinham reclamando que se pusesse fim a um modelo insustentável e desajustado. Bem-vindos, por isso, ao lado da razão.

...ainda recentemente o Tribunal de Contas divulgou mais um relatório bem elucidativo do desastre que se revelou o modelo das SCUT, em má hora implementado por um governo socialista.

(...)

Analisemos a propósito algumas passagens, bem elucidativas.

Diz o Tribunal de Contas:

· Apesar de as boas práticas internacionais o recomendarem, o **lançamento deste programa de concessões não foi precedido de uma avaliação sobre a sua economia, eficiência e eficácia.**

E mais adiante:

· O procedimento concursal pelo qual se optou, mediante a criação de um regime específico para estas concessões, foi **um modelo que não logrou alcançar os objectivos que se propunha de celeridade, competitividade e concorrência.**

E, noutro ponto refere-se que:

· Para além de terem sido ultrapassados os prazos previstos para as suas diferentes fases, o modelo **propiciou que passassem à fase das negociações as piores propostas em termos técnicos**, não conformes com o estabelecido nos cadernos de encargos, e sem preencherem os requisitos mínimos de uma auto-estrada, o que **fragilizou o respeito pelos princípios da concorrência e igualdade entre os concorrentes.**

E ainda que:

· **Contrariando as recomendações dos seus consultores**, o Governo de então lançou estes concursos sem corredores ambientais previamente aprovados



descurando, assim, de facto, os custos adicionais resultantes dos subsequentes reequilíbrios financeiros.

Isto é, havia que decidir a todo o custo, mesmo que, pasme-se, contrariando as recomendações dos seus próprios consultores!

Refere ainda o Tribunal:

· Que lhe merece reservas, pelos elevados custos sociais daí resultantes, o facto de o Estado assumir, nestes contratos, durante 30 anos, na prática, o **risco de congelamento do Plano Rodoviário Nacional 2000.** É que o Estado fica limitado no que respeita à melhoria do nível de serviço das vias

alternativas e impossibilitado de construir novas vias, já que, para o concretizar, terá de compensar financeiramente as concessionárias.

Conclui, finalmente, o Tribunal de Contas:

· Que nestas concessões, o Estado substitui-se aos utentes no pagamento das portagens, proporcionando, **aparentemente, um serviço gratuito.** E refere-se aparentemente, porquanto, serão os impostos pagos pelos contribuintes, ao longo dos 30 anos de vida útil da concessão, que financiarão tal serviço.

(...)

Os relatórios de que acabei de ler algumas passagens, arrasam a opção das SCUT.

(...)

O acompanhamento feito pelo Tribunal das suas anteriores recomendações leva-o a afirmar que “Tendo como objectivo minimizar o custo da componente de financiamento...deverão ponderar-se e estudar-se novas soluções alternativas de financiamento...”.

É evidente a gravidade da matéria e o seu manifesto interesse público, factos de que a Assembleia da República não pode alhear-se. Está em causa a política de transportes, a sua eficiência económica e o desenvolvimento sustentável do próprio sistema de transportes. Há que encontrar uma solução capaz de ultrapassar um incontornável problema de justiça e de garantir o futuro do financiamento do sistema rodoviário nacional, numa óptica de coesão nacional.

As auto-estradas não são um bem público essencial, como a saúde ou a educação, pelo que não faz sentido que quem as não utilize seja obrigado a financiá-las na sua totalidade. A introdução de portagens enquadra-se assim na defesa do princípio do utilizador pagador, em desfavor do princípio do contribuinte pagador, como sendo o que mais respeita critérios de equidade, justiça e racionalidade. Permite ao mesmo tempo libertar verbas para outras áreas como a conservação e a segurança das estradas, a construção ou melhoramento de vias alternativas e a continuidade da implementação do Plano Rodoviário 2000.

A introdução de portagens nas SCUT é mais uma promessa não cumprida, mas representa um recuo do Governo que saudamos. Sempre afirmamos as falhas do modelo, como acabei de demonstrar. Pena é que só tão tardiamente o Governo tenha arrepiado caminho. Tinham-nos poupado o sempre deplorável espectáculo das declarações contraditórias entre membros do mesmo Governo. Era um afirmar a inevitabilidade da introdução de portagens e logo outro a desmentir essa possibilidade. Era um a afirmar que havia estudos em curso e outro a negar a sua realização.

Como se já não bastassem as mentiras proferidas na campanha eleitoral o Governo continuou a insistir em não contar a verdade aos portugueses. Era a preocupação eleitoral. Antes com a campanha para as eleições autárquicas, agora com a campanha para as eleições presidenciais. Porquê tantas declarações contraditórias? Porquê tantos desmentidos antes dos actos eleitorais?

Não é uma atitude séria criar a ilusão da gratuitidade por razões eleitoristas mentindo descaradamente aos portugueses.



Debate sobre a Participação de Portugal no Processo da Construção Europeia- 17.º (2002), 18.º (2003) e 19.º anos (2004).

*Deputado Jorge Tadeu Franco Morgado
Assembleia da República, 20 de Janeiro 2006*

(...)

Estamos hoje a proceder à apreciação da participação de Portugal na União Europeia entre os anos de 2002 a 2004, com base nos Relatórios do Governo enviados a esta Assembleia sobre esta mesma matéria e que deram origem aos Projectos de Resolução números 299 e 300 da nona Legislatura e ao número 56 da décima Legislatura.

Sobre os procedimentos que deram origem a este debate, e antes de entrarmos na matéria de facto, gostaríamos, em primeiro lugar, de tecer dois breves comentários críticos e efectuar duas sugestões, que consideramos pertinentes e que no nosso ponto de vista poderão levar a melhorias neste procedimento, caso sejam considerados futuramente.

Em primeiro lugar, e esta é já uma crítica recorrente a este processo de acompanhamento previsto na Lei n.º 20/94, julgamos que o prazo que medeia entre a entrega do relatório e o agendamento para a apreciação em Plenário é excessivo, e torna muita da relativa actualidade que este debate poderia ter, absolutamente irrelevante. Pensamos por isso, que o período de análise no Parlamento deveria ser encurtado e ficar concluído pelo menos no ano seguinte ao que respeita o Relatório em apreciação.

Em segundo lugar, julgamos que o facto de estarmos a apreciar três anos de participação de Portugal na União Europeia, de forma agregada, fazemos perder, objectivamente, duas outras oportunidades de debater no Plenário da Assembleia da República os temas europeus, obrigando-nos ainda a condensar a nossa análise, reduzindo-a ao mínimo aceitável, não contribuindo dessa forma para um maior esclarecimento da opinião pública sobre estas matérias. De futuro, consideramos por isso que, pela sua importância, esta apreciação deverá ser efectuada ano a ano e não conjuntamente.

Dados os factos descritos anteriormente e pela manifesta falta de tempo para a devida apreciação política de todos os acontecimentos relevantes ocorridos em Portugal ou no processo de construção europeia com implicações para o nosso país durante os três anos em análise, seleccionamos 4 matérias que consideramos relevantes e sobre as



quais incidirá a nossa apreciação:

A primeira, foi a introdução do Euro, em 1 de Janeiro de 2002, em Portugal e em mais 11 países da União Europeia. Consideramos que este foi um passo fundamental para a construção europeia, que representa o culminar de um lento processo de aproximação das Políticas Monetárias de diversos Estados Membros, após a criação da União Económica e Monetária dez anos antes, e foi sem dúvida, um passo essencial para a plena concretização do Mercado Interno.

O segundo facto foi a concretização do maior alargamento da história da União Europeia, em 1 de Maio de 2004, com a entrada de dez novos parceiros, passando a União a contar com 25 países e cerca de 460 milhões de habitantes. Este alargamento sem precedentes, veio trazer à Europa novas garantias de Paz, Segurança e Estabilidade à escala continental, indo de encontro ao espírito dos fundadores da União e aos seus desejos de reconciliação e Paz na Europa Ocidental, expressos após o fim da Segunda Guerra Mundial, mas que hoje se encontram mais actuais do que nunca.

Este alargamento também perseguiu os objectivos de Prosperidade e Solidariedade, representando para Portugal um importante desafio a vencer, agora que a União tem mais 100 milhões de habitantes.

O terceiro facto que decidimos destacar durante este período, foram

os trabalhos que deram origem ao texto de Tratado Constitucional aprovado pelos Chefes de Estado e de Governo em Outubro de 2004 e que se iniciaram em Fevereiro de 2002, com a Convenção sobre o Futuro da Europa.

O distanciamento temporal ocorrido após a conclusão destes trabalhos, bem como o conhecimento dos factos subsequentes, mostram-nos que a Europa, porventura, terá querido ir longe demais e talvez depressa demais, sem a necessária, diria mesmo, **obrigatória**, participação esclarecida e com maior reflexão por parte dos seus cidadãos. É óbvio contudo, que o alargamento impõe um novo equilíbrio institucional dentro da União. Assim saibam, durante este ano, os Chefes de Estado e Governo estar à altura das suas responsabilidades.

O último e quarto facto sobre o qual gostaríamos de nos debruçar foi a nomeação pelos Chefes de Estado e a consequente aprovação pelo Parlamento Europeu, de José Manuel Durão Barroso, para Presidente da Comissão Europeia. A Presidência da Comissão por parte de um português, no décimo nono ano desde a adesão, além de prestigiar o país, veio atestar o pleno reconhecimento, por parte dos nossos parceiros europeus, da total integração e do permanente empenhamento de Portugal na construção de uma Europa que se pretende cada vez mais solidária, mais justa e orientada pelos princípios universais da Paz e da Prosperidade.

Julgamos mesmo que a prossecução destes objectivos é a única forma da União Europeia sobreviver, num mundo cada vez mais globalizado e com maiores níveis de concorrência e competitividade entre as diversas economias mundiais, onde a ameaça do terrorismo paira a cada instante e a alta dos preços do petróleo poderá ter vindo para ficar.

(...)

Entre 2002 e 2004 muitos outros factos com implicações para a participação de Portugal no processo de construção europeia e que mereciam uma análise mais aprofundada neste debate, ocorreram em Portugal, na Europa e no Mundo. Muitos deles já foram discutidos em sede de Comissão com algum detalhe. Não gostaria contudo de terminar,

sem antes referir alguns:

E desde logo a Presidência portuguesa bipartida da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, em 2002, por parte do actual Presidente da Assembleia da República Dr. Jaime Gama, seguida pelo Dr. Martins da Cruz, então Ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal;

Em segundo lugar, a fragilidade evidenciada pela Política Externa e de Segurança Comum da União, no que à questão do Iraque disse respeito, e que deve também ser um motivo de reflexão e de preocupação, por parte do nosso Parlamento e das instâncias comunitárias;

Em terceiro lugar, as mudanças de Governo ocorridas em Portugal durante este período de tempo, com 3 Governos a sucederem-se durante estes anos;

Em quarto lugar, a escolha de Lisboa para a Sede da Agência Europeia de Segurança Marítima, em 2003;

E finalmente a implementação de um Sistema de Coordenação e acompanhamento dos funcionários portugueses em organismos comunitários a partir de 2003.

Consideramos que 2002, 2003 e 2004 foram anos positivos para Portugal, no âmbito da sua participação no processo de construção Europeia.

Estes anos revelaram ainda algumas fragilidades neste processo, e [sabemos hoje, contrariamente ao que se pensava então!] que foram nestes anos que se lançaram as bases para um amplo debate, que está ainda longe de terminar, sobre o futuro da Europa e sobre qual deverá ser o seu papel no mundo actual, também ele em permanente evolução e mudança, com novas ameaças a espreitarem quase a cada dia que passa, mas que precisa, hoje **mais do que nunca**, de uma Europa forte, coesa, próspera, e solidária, única forma de ser uma voz respeitada dentro e fora das fronteiras da União Europeia.

Tal como ontem, também hoje e no futuro, Portugal não faltará a este Debate.

(...)



Intervenção sobre as Propostas de Resolução n.ºs 13/X a 22/X, 24/X e 25/X

Deputado José Manuel Ribeiro

Assembleia da República, 20 de Janeiro de 2006

(...)

Das doze Propostas de Resolução hoje em discussão, dez têm como objecto a aprovação de Acordos de visam dar cumprimento à Directiva n.º 48 (2003/48/CE) do Conselho, de 3 de Junho de 2003, relativa à **tributação de rendimentos da poupança sob a forma de juros**.

A referida Directiva vem permitir que os rendimentos da poupança sob a forma de juros, pagos num Estado-Membro a beneficiários efectivos que sejam pessoas singulares com residência fiscal num outro Estado-Membro, **sejam sujeitos a uma tributação efectiva em conformidade com a legislação deste último**, prevendo, para tal, a instituição de um mecanismo de troca de informações entre Estados-Membros.



No seu artigo 17.º, relativo à Transposição, a Directiva condiciona a aplicação das respectivas disposições à adopção de medidas semelhantes pela Suíça, Liechtenstein, São Marino, Mónaco e Andorra, bem como à celebração de todos os acordos ou outros convénios que estabeleçam que todos os territórios dependentes ou associados relevantes (nomeadamente: Ilhas Anglo-Normandas, Ilha de Man e territórios dependentes ou associados das Caraíbas) **aplicarão a troca automática de informações** nos moldes previstos no capítulo II da Directiva, ou que aplicarão uma retenção na fonte conforme o previsto nos artigos 11.º e 12.º durante o período de transição referido no artigo 10.º.

Esta Directiva foi transposta para a ordem jurídica interna através do Decreto-Lei n.º 62/2005, de 11 de Março, o qual **estabeleceu as obrigações de obtenção e prestação de informações** relativas aos rendimentos da poupança sob a forma de juros pagos ou atribuídos por operadores económicos residentes ou estabelecidos em território português em benefício efectivo de pessoas singulares residentes em outros Estados-Membros da União Europeia.

O artigo 15.º do mesmo Decreto-Lei, com a redacção que lhe foi conferida pelo artigo 7.º da Lei n.º 39-A/2005, vulgo Orçamento Rectificativo, determina que o regime a que o diploma se refere tem aplicação, com as necessárias adaptações, **aos rendimentos da poupança sob a forma de juros** de que sejam beneficiárias efectivas pessoas singulares residentes em Estados terceiros ou noutros territórios com os quais Portugal celebre acordos ou convénios que visem permitir que tais rendimentos sejam sujeitos a uma tributação efectiva em conformidade com a legislação aplicável no Estado ou território de residência do beneficiário efectivo, sendo que, a partir de **1 de Julho de 2005** passou a ser obrigatório para entidades residentes ou estabelecidas nos seguintes territórios:

- Anguilla;
- Antilhas Holandesas;
- Aruba;
- Ilhas Caimão;
- Guernsey;
- Jersey;
- Ilha de Man;
- Monserrat;
- Ilhas Turcas e Caicos; e as
- Ilhas Virgens Britânicas.

São estes, precisamente, os territórios com os quais foram assinados os Acordos a que se referem as mencionadas Propostas de Resolução hoje em discussão.

(...)

No que se refere à Proposta de Resolução n.º 24/X, propõe o Governo a aprovação da Convenção assinada em 7 de Julho de 2005 entre a República Portuguesa e a República do Chile, com o **objectivo de evitar a dupla tributação de rendimentos auferidos por residentes em qualquer destes Estados, bem como prevenir a evasão fiscal** em matéria de impostos sobre o rendimento.

O disposto na referida Convenção aplica-se às pessoas singulares e colectivas residentes de um ou de ambos os Estados e incide sobre os seguintes impostos:

- Em Portugal, sobre o Imposto sobre as Pessoas Singulares, sobre o Imposto sobre as Pessoas Colectivas e sobre a Derrama;
- No Chile, sobre os impostos exigíveis ao abrigo da Lei do Imposto sobre o Rendimento.

Refira-se ainda que, é regulada, através desta Convenção, a competência dos Estados

para tributar:

- os rendimentos de bens imobiliários,
- os lucros das empresas,
- os lucros provenientes da exploração de navios ou aeronaves no tráfego internacional,
- os lucros de empresas associadas,
- os dividendos,
- os juros,
- os royalties,
- as mais-valias,
- os rendimentos provenientes do trabalho, dependente ou independente,
- as percentagens e outras remunerações similares obtidas na qualidade de membro de um conselho,
- os rendimentos obtidos por artistas e desportistas,
- as pensões, e
- as remunerações públicas.

Prevê-se, ainda, a aplicação dos termos desta Convenção aos impostos de idêntica natureza que entrem em vigor após a data da sua assinatura e que venham a crescer ou a substituir os actuais, comprometendo-se as autoridades competentes de ambos os Estados a comunicar uma à outra as modificações significativas introduzidas nas respectivas legislações fiscais.

Por último, a Proposta de Resolução n.º 25/X, que respeita à aprovação do Acordo assinado a 24 de Novembro de 2000 entre a República Portuguesa e o Reino da Noruega, relativo à **renúncia ao reembolso**, por parte das autoridades competentes de ambos os Estados, **das despesas efectuadas** por uma instituição de uma parte contratante por conta de uma instituição da outra parte, com as prestações em espécie concedidas e com controlos administrativos e médicos.

Termino, referindo que, responsavelmente o PSD entende que, estas iniciativas legislativas do Governo merecem uma apreciação favorável.

AGENDA PARLAMENTAR

QUARTA-FEIRA, DIA 25 DE JANEIRO DE 2006 – 15.00H

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Proposta de Lei n.º 48/X (GOV)
(Aprova a Lei-Quadro da Política Criminal)

Projecto de Lei n.º 134/X (PS)
(Cria o sistema de vigilância e controlo do exercício da actividade de dragagens e extracção de inertes)

QUINTA-FEIRA, dia 26 de JANEIRO de 2006, 15.00H

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA - Dia da Memória do Holocausto

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Projecto de Lei n.º 111/X (PCP)
Projecto de Resolução n.º 94/X (PSD e CDS-PP)
(Aplicação efectiva dos suplementos, compensações e outras regalias de risco, penosidade e insalubridade)

Projecto de Lei n.º 132/X (PS)
(Promoção e valorização dos bordados de Castelo Branco)

Projecto de Resolução n.º 90/X (PCP)
Constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para Apreciação dos Actos do Governo referentes à reestruturação do Sector Energético Português e, nomeadamente, da sua intervenção nas alterações do capital social da GALP e da EDP

Votações às 18:00h

SEXTA-FEIRA, DIA 27 DE JANEIRO DE 2006, 10.00H

Debate Mensal do Senhor Primeiro-Ministro com a Assembleia da República



Intervenção sobre o Relatório de Segurança Interna relativo ao ano de 2004

Deputado Luís Montenegro

Assembleia da República, 20 de Janeiro de 2006

(...)

Discutimos hoje o Relatório de Segurança Interna relativo ao ano de 2004.

Deve, desde logo, lamentar-se que somente agora, em 2006, estejamos a debater a situação respeitante ao ano de 2004, no que concerne a uma área tão relevante quanto é a Segurança Interna.

Queremos, ainda, Senhor Ministro e senhores deputados, deixar claro que ao contrário do que outros fizeram no passado, a posição do PSD nesta matéria é a de total cooperação - cooperação exigente é certo -, em tudo o que contribua para uma melhor política de segurança, porque ela é uma trave-mestra do Estado de direito democrático, que deve ser subtraída, tanto quanto possível, às questões da má política e às questões meramente partidárias.

Analisando os dados contidos no Relatório, refira-se como nota globalmente positiva, o facto de, pela primeira vez nos últimos seis anos, ocorrer uma redução da criminalidade em Portugal, invertendo a tendência de aumento do número de ocorrências participadas, nomeadamente de 2002 e de 2003, em que tinha havido um acréscimo de criminalidade na ordem dos 4,9% e 6%, respectivamente.

Este decréscimo pode ter tido como base diversos factores. Não obstante, parece lógico concluir que a par da atenção governativa dada à Segurança pelos XV e XVI Governos, a realização do EURO 2004 em Portugal, e os instrumentos especiais então lançados que favoreceram um aumento do efectivo policial em serviço e um importante reforço dos meios e equipamentos, contribuiu para os números finais do ano.

Constata-se ainda que, felizmente, Portugal é um dos países com menor índice de criminalidade no quadro da União Europeia, a par da Irlanda, com um *ratio* de 39 crimes por cada mil habitantes, sendo satisfatório perceber que a tendência que se registou anteriormente, de agravamento da criminalidade teve, em 2004, uma inversão, susceptível de melhorar também a nossa imagem exterior neste domínio, tão necessária, entre outras coisas, ao favorecimento do nosso potencial turístico.

(...)

Analisando mais detalhadamente os dados contidos no Documento, realça-se o facto de a grande categoria dos crimes contra o património continuar a ser aquela que maior número de ocorrências apresenta. Os decréscimos apresentados nos crimes contra as pessoas, menos 6,3%, e contra o património, menos 0,7%, foram os responsáveis pela descida global registada, uma vez que são as categorias que apresentam sempre um maior volume de ocorrências.

A criminalidade violenta e grave registou um acréscimo de +3,4% mantendo uma expressão reduzida no contexto geral.

O roubo na via pública foi o grande responsável por esse crescimento.

De entre as variações registadas, destacam-se, pela positiva, os decréscimos do crime de homicídio voluntário consumado, do crime de violação e do crime de furto por estição. Pela negativa, os acréscimos apresentados nos crimes de roubo na via pública, roubo a posto de abastecimento de combustível e a resistência e coacção sobre funcionário.

Importa também destacar o facto de a taxa de resolução dos homicídios, por parte da PJ se ter situado em 82%.

No que respeita à criminalidade grupal, esta continuou a crescer em 2004, observando-se um aumento de 5,7%, a que correspondem mais 381 casos participados. Este tipo de criminalidade é um fenómeno

especialmente importante e sentido nas áreas metropolitanas, mas tem vindo a estender-se a outros distritos com elevado índice de concentração populacional. Trata-se, pois, duma realidade que merece respostas mais aptas e socialmente adequadas.

Na criminalidade juvenil, assistiu-se, em 2004, a um encorajador decréscimo de -6,1%, ou seja, de menos 301 casos.

Não obstante os resultados, é fundamental prosseguir políticas que eliminem as causas subjacentes à delinquência juvenil.

De resto, gizar uma política criminal eficaz pressupõe identificar e combater os problemas geradores de comportamentos delituais. Neste contexto, por exemplo, o combate ao tráfico e consumo de droga (com resultados expressivos em 2004) é particularmente importante, porquanto dele depende também a dissuasão à acentuada criminalidade que lhe está associada.

No que tange ao fenómeno da imigração ilegal, cumpre destacar que os novos fluxos migratórios dentro do espaço europeu, ligados ao alargamento da União Europeia, vieram de algum modo diversificar os países de acolhimento atenuando a pressão imigratória relativamente a Portugal. Contudo, à semelhança de anos anteriores, verificamos que os dados disponíveis indicam que continua a ocorrer a utilização do território nacional como placa giratória de entrada para países da União Europeia, sendo também de realçar, como recentemente afirmaram responsáveis policiais, que é hoje fácil entrar no nosso país, cometer crimes e no momento seguinte sair, dificultando sobremaneira a investigação criminal.

(...)

Impõe-nos a responsabilidade política e cívica que norteia a nossa acção, afirmar que a tendência de diminuição da criminalidade no ano de 2004, ainda que relevante por si, deve convocar-nos, outrossim, para a necessidade de prosseguirmos políticas de prevenção que visem, e viabilizem, que o decréscimo de criminalidade se acentue no futuro e, tão importante como isso, ofereça uma efectiva e tranquilizadora percepção dessa tendência aos cidadãos.

No Governo, ou na oposição, esse é o nosso caminho.

Por isso, uma palavra final de grande preocupação sobre uma matéria que tem um simbolismo muito importante, e que infelizmente se encontra na ordem do dia: a criminalidade contra os agentes de segurança. Trata-se de um tipo de criminalidade que tem um indício de desrespeito pelo Estado, pela autoridade, e que urge combater com determinação.

Se no Relatório de 2004 já se assinalavam com alguma inquietação os valores apresentados pelas forças de segurança no que respeita ao número de agentes vítimas de crimes, essa situação, como todos sabemos, tem vindo, infelizmente a agravar-se.

O Sr. Ministro da Administração Interna, em Maio do ano passado, aquando do debate sectorial sobre Administração Interna que aqui travámos, afirmou e assumiu o compromisso, de até ao fim do ano de 2005 tomar importantes decisões sobre a reestruturação do sistema de forças e serviços de segurança, potenciando melhor os recursos humanos e materiais e elevando mesmo como prioridade do Governo a aprovação de uma lei de programação dos meios e equipamentos das forças e serviços de segurança.

Esses passos são fundamentais para a motivação dos agentes envolvidos e para a confiança dos cidadãos.

Um país democrático e livre, social e economicamente equilibrado, não se compadece com o crescente sentimento de insegurança.

Até agora não temos conhecimento das tais decisões, nem notícia de legislação sobre tal matéria.

E é bem necessário, julgo que o afirmaremos todos, transformar estas palavras em actos concretos e correctos.

(...)



Intervenção sobre a situação política do país

Deputado Luís Pais Antunes

Assembleia da República, 19 de Janeiro 2006

O ano de 2005 não acabou bem para os Portugueses.

Infelizmente, os primeiros dias de 2006 não parecem trazer qualquer motivo de optimismo.

Hoje mesmo os Portugueses começaram a sentir os efeitos da política fiscal do Governo socialista para o ano que agora começa: o maior aumento dos combustíveis dos últimos 5 anos!

Não é verdadeiramente uma surpresa. O PSD já o havia salientado na altura da discussão do Orçamento de Estado para 2006.

Mas percebem-se agora, de forma mais evidente, os efeitos que tal aumento não deixará de ter na competitividade da nossa economia.

Infelizmente, ainda agora estamos no começo.

Infelizmente, ao longo do ano, os Portugueses terão a oportunidade de sentir os efeitos desta política desastrosa do Governo do Partido Socialista.

Se, em matéria fiscal, as notícias não são boas, no domínio do emprego elas, infelizmente, não são melhores.

Cabe aqui lembrar que, durante a anterior legislatura, a questão do emprego foi uma das principais bandeiras do Partido Socialista, então principal partido da oposição. Todos nos lembramos certamente de ver, nesta câmara, vários deputados do Partido Socialista criticarem violentamente os governos de coligação do PSD e do CDS-PP e prometerem soluções milagrosas para os problemas com que, infelizmente, muitos Portugueses são confrontados.

Na campanha eleitoral, o Partido Socialista voltou a fazer da questão do emprego uma das suas principais bandeiras, ficando célebre a sua promessa de criação de 150.000 novos postos de trabalho.

Hoje, quase um ano volvido após ter vencido as eleições de Fevereiro de 2005, o mínimo que podemos dizer é que o Governo do Partido Socialista não provou ter merecido a confiança dos Portugueses.

Um ano depois, o país tem mais 10.521 desempregados registados no Instituto de Emprego e Formação Profissional.

A taxa de desemprego definida pelo Instituto Nacional de Estatística passou de 7,1% no 4.º trimestre de 2004 para 7,7% no final do 3.º Trimestre de 2005, valor que, recorde-se, o Governo, no Relatório do Orçamento de Estado para 2006, previa alcançar apenas durante 2006.

Contrariamente à tendência verificada nos anos de 2003 e 2004, ao mesmo tempo que o desemprego se agrava em Portugal, o mercado de trabalho europeu regista melhorias, conforme resulta do Euroíndice Laboral da Adecco, com 1,686 milhões de empregos a serem criados no terceiro trimestre de 2005.

Nesse mesmo período, Portugal destruiu 54 mil postos de trabalho, prevendo aliás o próprio Governo que a tendência deverá continuar em 2006.

Aqui ao lado, exactamente no mesmo período, a Espanha reduzia o número de desempregados em 338 mil pessoas.



Dos sete países da zona Euro objecto de análise, apenas o Reino Unido apresentou um aumento da taxa de desemprego neste período, bem menor, contudo (0,1%), do que o verificado em Portugal (0,9%).

Portugal é o único país em que a taxa de desemprego feminina aumentou, alcançando 8,9% das mulheres activas, o pior dado desde 1987.

Enquanto, no conjunto dos setes países analisados, a taxa de desemprego juvenil deverá continuar a cair nos próximos trimestres, em Portugal, esta taxa cresceu 0,6% para 16,5%.

(...)

Se a situação no domínio da política do emprego não é propriamente de molde a deixar os Portugueses descansados quanto ao rumo da governação, mais negro e confuso parece ser o cenário da segurança social.

Há poucos dias atrás, o Ministro das Finanças veio surpreender os Portugueses com uma declaração no mínimo infeliz e pouco responsável: a

de que dentro de dez anos dificilmente haverá dinheiro para pagar as reformas.

Vindo da boca de um dos principais responsáveis políticos do país, este alerta não é um aviso. É uma ameaça. Que tem, aliás, um efeito perverso: o de antecipar o próprio resultado que anuncia.

Confrontado com o anúncio de que os cofres estarão vazios dentro de alguns anos, o contribuinte pensará duas vezes sobre o destino das suas contribuições. Não se estranhe, pois, que a evasão contributiva aumente. E que o contribuinte, cada vez mais desconfiado, vá deixando de acreditar sempre que os responsáveis políticos lhe acenarem com a necessidade de mais sacrifícios em nome da salvação da segurança social.

Se o anúncio foi, repito, no mínimo infeliz, mais grave foi a descoordenação que tal anúncio rapidamente mostrou.

Poucas horas depois, os mesmos contribuintes ouviam estupefactos o Ministro do Trabalho e Solidariedade Social dizer que não era bem assim, que o futuro não era tão negro e que o Governo isto e que o Governo aquilo.

Resta saber se o Governo em causa é o Governo do ministro Teixeira dos Santos, o Governo do ministro Vieira da Silva ou o Governo de outro ministro.

Quando os ministros que tutelam as Finanças e a Segurança Social não se entendem sobre o futuro das reformas, não é difícil descobrir quem fica a perder: o contribuinte.

Espera-se que o Primeiro-Ministro não tarde a vir dizer aos Portugueses qual é a verdade e em qual dos seus ministros devem os Portugueses acreditar...

Intervenção sobre a “Comercialização à Distância de Serviços Financeiros Prestados a Consumidores”

Deputado António Preto

Assembleia da República, 19 de Janeiro de 2006

(...)

Esta iniciativa do Governo repristina uma iniciativa do Governo anterior, de idêntico teor e alcance, que não foi por diante, porque entretanto a Assembleia da República foi dissolvida.

No essencial pretende – se atribuir aos consumidores de serviços financeiros comercializados à distância **um conjunto de “direitos novos”, que os protejam de operações intrusivas e manipuladoras dos prestadores desse tipo de serviços.**

Com esse propósito integram-se na ordem jurídica, com recurso a uma linguagem sugestiva novos conceitos, como o sejam os de “contrato à distância” e eleva-se à categoria de cláusula legal, a também sugestivamente chamada “opção de

entrada”, segundo a qual se exige o consentimento prévio do consumidor para o envio de mensagens em que se manifeste a vontade de contratar.

Para além da atribuição deste conjunto de direitos ao consumidor, prevê-se a institucionalização de um regime sancionatório de natureza penal administrativa, que visa penalizar as operações intrusivas e manipuladoras dos prestadores de serviços financeiros.

Do ponto de vista formal esta iniciativa não merece reparo. Já do ponto de vista substancial ou do mérito, merece algumas considerações.

A primeira é para contrariar a asserção constante da exposição de motivos, onde se diz, de foram explícita e estou a citar “*que o regime*



a aprovar resultante da transposição desta Directiva permitirá colmatar uma lacuna existente na ordem jurídica Portuguesa.

(...)

No essencial esta iniciativa

legislativa só tem uma novidade.

A de prever a institucionalização de um regime sancionatório de natureza penal administrativa, a aplicar aos prestadores de serviços financeiros, por operações intrusivas e manipuladoras.

(...)

Esta iniciativa legislativa, não inova, não reforça a protecção dos consumidores e deixa-nos algumas interrogações relativamente ao modelo de Estado de Direito que estamos a criar.

Ainda assim, no quadro das nossas obrigações na União Europeia, porventura não temos outra alternativa, que não seja votar favoravelmente esta iniciativa.

Mas é bom que o façamos de olhos bem abertos.



Intervenção sobre a fundamentação e sustentabilidade do investimento público

Deputada Rosário Águas

Assembleia da República, 12 de Janeiro de 2006

(...)

Este Projecto de Resolução tem como objectivo recomendar ao Governo a criação de uma estrutura consultiva especializada capaz de apreciar e acompanhar a pertinência e eficácia dos projectos de investimento público superiores a 50 milhões de euros.

As razões que motivaram a apresentação desta recomendação em Setembro do ano passado são conhecidas e prendem-se com o facto do Governo ter anunciado e decidido investimentos públicos de grande envergadura sem que tenha apresentado, previamente, a fundamentação técnica e económica exigível.

Sabemos que existem divergências de fundo entre o nosso grupo parlamentar e uma boa parte do Partido Socialista quanto ao papel do Estado e do Investimento Público na Economia. Mas a iniciativa que apresentamos hoje não tem como objectivo provar que a intervenção directa do Estado na Economia origina o seu entorpecimento e ineficácia.

Este projecto de resolução trata de matéria que julgamos consensual nesta Assembleia, porque se destina, exclusivamente, a criar condições para melhor garantir a **Qualidade** do Investimento Público.

Por esta razão, não antevemos discordâncias, tanto mais, que os procedimentos que forem instituídos agora serão aplicáveis a governos futuros e a governos diferentes. O País só ganhará se os investimentos públicos de grande dimensão forem melhor escrutinados e menos vulneráveis a manipulações políticas prejudiciais ao País.

(...)

A matéria deste projecto de resolução é pois a Qualidade do Investimento Público. Recentemente, muitos falaram deste tema, desde o Ex- Ministro das Finanças, Professor Campos e Cunha, aos 13 Economistas que se exprimiram num manifesto sem precedentes.

Mas torna-se necessário, nesta apresentação, concretizar o que entendemos por Qualidade quando estamos a falar, na maior parte dos casos, na construção de infra-estruturas.

Na opinião do Grupo Parlamentar a qualidade do investimento público deve aferir-se pelo cumprimento de requisitos que em nome da racionalidade e da defesa escrupulosa dos interesses da Nação não podem ser superados.

Entendemos que tem qualidade o Investimento que serve as necessidades de **crescimento**



sustentável da Economia. Explicando melhor, tem qualidade o investimento dirigido às causas da debilidade económica do País;

Igualmente, o investimento público deve garantir utilidade económica e social no médio/ longo prazo, o que significa exigir uma análise custo/benefício favorável nas vertentes económica e social.

Por outro lado, não pode iludir-se o custo financeiro de qualquer investimento, através de engenharias financeiras para a fase de construção, porque o investimento não termina com a sua inauguração, antes continua até ao termo da sua vida útil.

Assim é falacioso justificar a bondade económica e financeira dos investimentos públicos pelo peso relativo, maior ou menor, do dinheiro público na operação inicial da construção.

O que importa é conhecer em que condições é assegurada a sustentabilidade financeira da exploração e em que circunstâncias e montantes, os portugueses através do Estado, assumem o risco, de pagar no futuro os erros, voluntários ou negligentes, dos pressupostos da decisão.

(...)

O nosso presente e a actuação deste Governo no que diz respeito à decisão de investimentos públicos é a melhor demonstração do que não deve ser feito quando se apregoa Responsabilidade, quando se exigem sacrifícios, e quando o País vive uma crise económica e financeira profunda.

O Governo anunciou investimentos públicos, de dimensão sem paralelo, nas últimas décadas sem apresentar previamente os estudos técnicos, económicos e financeiros e sem provar que estão assegurados os tais requisitos da Qualidade.

Só à posteriori foram aparecendo estudos e explicações avulsas, marcadas pelo ritmo das dúvidas que entretanto eram suscitadas por todos

aqueles que se indignaram.

Esta inversão de precedências, primeiro a decisão de investir e depois a justificação técnica, origina nos Portuguesas as mais graves e legítimas dúvidas sobre a utilidade líquida dos investimentos e sobre a isenção dos estudos apresentados.

Ao fim de uns meses o Governo montou uma bem conseguida operação de marketing com a participação de técnicos estrangeiros que vieram responder favoravelmente às questões levantadas pelo Governo.

Para o Governo esta iniciativa teve um mérito, quase mágico, é que houve técnicos portugueses, que conseguiram mudar de opinião num espaço curto de horas, depois de anos de estudos e de opinião contrária.

Constatamos que continuam a existir Portugueses que se deslumbram com uma opinião estrangeira. Foi sempre assim! já o Eça ironizava.

(...)

Se aplicarmos aos megas investimentos decididos pelo Governo os critérios que aqui enunciei para aferição da Qualidade do Investimento Público, com facilidade concluímos, que eles nunca passariam no crivo da exigência.

Senão vejamos: a economia portuguesa está ferida nos factores de competitividade e na capacidade produtiva.

Será que a OTA e o TJV vão ter impactos nos factores de competitividade?

O tecido empresarial vai dinamizar-se?

As empresas portuguesas vão exportar mais? vão produzir melhor? Vão inovar? O emprego pontual que é gerado absorve os desempregados portugueses?

Obviamente que Não!

Para o GP PSD é evidente que o Governo decidiu com um critério meramente político.

Não pomos em causa a

legitimidade que o Governo tem de decidir e escolher os investimentos que faz, o que não aceitamos, é que o faça sem responsabilidade, ou seja, sem previamente acautelar e garantir a sua sustentabilidade e sem provar que os custos que o País vai suportar vão compensar os Portugueses no futuro.

O Grupo Parlamentar do PSD quer ainda registar que independentemente da Qualidade do Investimento Público e independentemente do seu montante, para cada escolha que o Governo faz, fica outra por fazer e os Portugueses sabem que optar pela OTA e pelo TGV representa abdicar de outros investimentos que podiam tornar o País mais equilibrado, mais justo e mais competitivo.

A realização neste momento, de um acroporto de primeira qualidade e a integração de Portugal na Rede Europeia de Alta Velocidade é a prioridade dum Governo de um País Pobre que tem ¼ dos Concelhos em situação de pobreza, exclusão e desertificação, com taxas de analfabetismo de 18% e taxas de desemprego superiores a 10%.

A OTA se vier a ser construída, neste tempo, pode alimentar a vaidade de quem a decidiu, pode iludir os turistas quando chegam, mas que rapidamente se desiludem ao confrontar-se com centros urbanos desmazelados, com o nosso património histórico e cultural degradado e com o isolamento social do interior.

A decisão destes investimentos neste tempo é o paradigma das diferenças que caracterizam o nosso País: a pobreza resignada de uns e a riqueza e ostentação de outros.

(...)

Deixamos assim à apreciação de V.Ex^{as}, esta iniciativa que é politicamente bem intencionada e construtiva porque propõe a participação de uma Comissão Especializada Independente como garante da apreciação qualitativa dos Investimentos Investimentos Públicos.

Esta iniciativa tem o mérito de valorizar o trabalho Parlamentar por envolver a Assembleia da República na escolha dos elementos técnicos da comissão.

Contribui por último para a transparência e rigor no exercício do poder político, porque confia a personalidades independentes, a apreciação de matérias que pelo seu impacto no espaço, no tempo e nas finanças públicas, devem merecer um esforço de consenso das forças políticas e merecer a compreensão de toda a sociedade.

Leonardo Eugénio Ramos Ribeiro de Almeida

Morreu aos 82 anos um grande Português e um militante da 1ª hora!



O antigo presidente da Assembleia da República Leonardo Ribeiro de Almeida morreu no passado dia 18, aos 82 anos, com uma paragem cardíaca.

Um “Homem da Primeira Hora do PSD”, como ele gostava de se definir, foi presidente da Assembleia da República entre Janeiro de 1980 e Outubro de 1981 e entre Novembro de 1982 e Junho de 1983.

Advogado de profissão, iniciou-se na vida política com uma participação activa na campanha do general Humberto Delgado em 1958. Mantendo as suas convicções democráticas, manteve-se afastado da política até à formação do que ficou conhecido como a “Ala Liberal”, - o embrião do PPD/PSD - da então Assembleia Nacional e em 1975 já era militante do nosso Partido, tendo sido eleito em 1975 como Deputado às Constituintes.

Foi Presidente da COD de Santarém, membro do Conselho de Jurisdição Nacional, Vice-Presidente do Congresso e do Conselho Nacional e Presidente da Comissão Política Nacional – o mais alto cargo do PSD - em 1979.

Deputado eleito e reeleito por Santarém foi Presidente, por duas vezes, da assembleia da República. Era membro do Conselho de Estado, participou em Madrid, em 1980, d Conferência dos Presidentes dos Parlamentos Europeus.

Em Novembro de 1985, com o Primeiro-Ministro Aníbal Cavaco Silva, foi nomeado Ministro da Defesa Nacional.

Foi membro designado pela AR para o Conselho Superior da Magistratura, representou Portugal em diversas reuniões e assembleias, da Associação do Atlântico, da Conferência dos Presidentes de Parlamentos europeus, da Conferência dos Presidentes de Assembleias Latino-Americanas, do Tratado do Atlântico (NATO), nomeadamente nas de Oslo, Londres, Bruxelas, Toronto, Roma e Porto

Condecorado com as Grã-Cruzes das Ordens Militar de Cristo; Mérito da República (Itália); Nacional do Cruzeiro do Sul (Brasil); Mérito da Alemanha; (RFA); D’El Sol (Perú); Mérito da Grécia (R. Helénica), era também Sócio Honorário do Liceu Literário Português do Rio de Janeiro



Algumas reacções ao falecimento de Leonardo Ribeiro de Almeida

O Presidente da República eleito, Aníbal Cavaco Silva, que como Primeiro-Ministro o tinha nomeado Ministro da Defesa, lamentou a “inesperada” morte do ex-presidente da Assembleia da República, que recordou como “um grande democrata”.

“Era um grande democrata, um grande português. Foi um homem importante para a consolidação da democracia”, disse Cavaco Silva, em declarações aos jornalistas em Cantanhede, durante uma paragem da campanha eleitoral, no distrito de Coimbra.

“A morte de Leonardo Ribeiro de Almeida é uma notícia muito triste e inesperada”, acrescentou Cavaco Silva, lembrando as duas últimas vezes que esteve com o ex-Ministro da Defesa do seu primeiro Governo, já durante a campanha eleitoral.

Pela voz de Luís Marque Mendes, o PSD também lamentou hoje a morte do nosso antigo presidente, militante desde a fundação do partido Leonardo Ribeiro de Almeida, que considerou “um grande democrata” e “um grande combatente pela liberdade”.

“O seu apego à democracia e o seu empenho na luta pela liberdade são traços marcantes do seu testemunho cívico e político, antes e depois do 25 de Abril, sendo generalizado o respeito e admiração que suscitava junto de todos quantos o



conheciam”.

No comunicado assinado pelo líder do partido, Luís Marques Mendes, os sociais-democratas afirmam o empenho “destacado” de Ribeiro de Almeida como dirigente do PSD, nomeadamente nos cargos de Presidente da Comissão Política Nacional, Presidente da Mesa do Congresso e do Conselho Nacional

Funeral de Leonardo Ribeiro de Almeida

O funeral de Leonardo Ribeiro de Almeida, realizou-se na quinta-feira passada, para o cemitério de Alpiarça. O corpo esteve em câmara ardente na Basílica da Estrela, em Lisboa e a missa de corpo presente realizou-se às 10 horas de quinta-feira, seguindo depois o funeral para o cemitério de Alpiarça, onde o antigo presidente do Parlamento ficou sepultado.

Dezenas de personalidades de política portuguesa marcaram presença na Basílica da Estrela, em Lisboa, para prestar a Ribeiro de Almeida, e na missa de corpo presente realizada hoje de manhã na Basílica da Estrela estiveram várias figuras do Partido Social-Democrata assim como o actual presidente do Parlamento, Jaime Gama, e alguns dos seus antecessores - Mota Amaral, Almeida Santos e Barbosa de Oliveira.

O presidente da República, Jorge Sampaio, o social-democrata e presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, o líder do PSD, Marques Mendes, o líder parlamentar do PSD, Marques Guedes e o secretário-geral do PSD, Miguel Macedo, estiveram também presentes na Basílica.

Outras figuras públicas marcaram igualmente presença na última homenagem a Leonardo Ribeiro de Almeida, entre as quais, a ex-ministra das Finanças Manuela Ferreira Leite e a também ex-governante social-democrata Leonor Beleza. – Pesquisa e fotos, Povo Livre

Notícias do Algarve

Petróleo no Algarve: Mendes Bota questionou o Ministro da Economia

O Ministro da Economia, Manuel Pinho, comprometeu-se a entregar ao deputado social democrata Mendes Bota, no prazo de uma semana, um dossier de resposta às várias questões suscitadas pelo parlamentar relativas ao processo de prospecção e exploração de hidrocarbonetos ao largo da costa do Algarve.

A interpeção teve lugar durante a audição do Ministro da Economia e Inovação perante a Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional da Assembleia da República.

Logo na sua intervenção inicial, Manuel Pinho havia anunciado a intenção do governo de assinar o contrato de adjudicação da prospecção e exploração de petróleo e gás natural no Algarve ao consórcio liderado pelos espanhóis da Repsol, no prazo máximo de quatro semanas.

Mendes Bota solicitou de imediato “que o governo não assumia esse compromisso de tão profundas implicações e num horizonte temporal de vigência tão alargado que pode chegar aos 55 anos, sem previamente fornecer toda a informação relativa às condições contratuais”.

O deputado, na sua interpeção, solicitou esclarecimentos sobre as condições financeiras e operacionais da possível concessão, e alertou para os riscos ambientais e paisagísticos que tal exploração poderá revestir para o Algarve, dada a proximidade da Reserva Natural da Ria Formosa, e em função de toda uma indústria turística que vive essencialmente da qualidade e da beleza das suas praias.

Mendes Bota perguntou pelos estudos de impacto ambiental, pela análise de custos-benefícios e, entre dezenas de outras questões, inquiriu o Ministro sobre a existência ou não de uma cláusula de flexibilidade, que permita ao Estado português, no final da fase de prospecção, reservar-se o direito de não exploração, face a outros valores que se possam levantar mais alto, como o ambiental, por exemplo.

Mendes Bota estranha bastante que, “numa fase descendente do ciclo do petróleo, o governo português pretenda instalar uma refinaria em Sines que já ninguém constrói na Europa há mais de quinze anos, e transformar Portugal num país produtor de petróleo, numa altura em que o mundo civilizado aposta decisivamente em energias alternativas e recicláveis”.

E disse, a concluir, o deputado pelo Algarve, que “esta Região pouco tem a ganhar com este negócio. Os lucros serão da Repsol, o IRC vai para os cofres do Terreiro do Paço, e o emprego a criar é irrelevante. Para o Algarve sobram apenas os riscos”.

Segurança no Algarve: preocupações do PSD

O Deputado Mendes Bota e a Comissão Política Distrital do PSD/Algarve solicitaram a realização de uma reunião de urgência com o Governador Civil de Faro, e as chefias das diferentes forças de segurança estacionadas no Algarve com os seguintes propósitos:

1- Considerar que o Algarve é uma das regiões com índices de segurança mais elevados de toda a Europa, e esse é um objectivo estratégico que justifica todos os esforços colectivos para que assim se mantenha;

2- Transmitir, de forma serena e não alarmista, a preocupação pelos sinais que chegam de que existe um crescimento da criminalidade a todos os níveis, seja pequena criminalidade ou criminalidade violenta, seja em meio rural ou urbano, seja de dia ou de noite, seja na via pública ou nas habitações, com ou sem os residentes, afectando pessoas, bem móveis e imóveis, e mercadorias;

3- Declarar que, entre a consciência da delicadeza desta abordagem numa região turística por excelência, que vive da sua imagem, e o dever de não silenciar o sentimento das populações que se sentem crescentemente inseguras, os requerentes optam responsabilmente por alertar as entidades públicas para a necessidade de tomada de medidas preventivas de largo alcance;

4- Manifestar o mais alto apreço pelos agentes das diferentes forças de segurança instaladas no Algarve, pela forma denodada, e por vezes heroica, como têm actuado, pese a insuficiência e a desigualdade dos meios logísticos e humanos de que dispõem;

5- Transmitir os testemunhos de muitos cidadãos e empresas que se sentem desmobilizados para o dever de denúncia de roubos e assaltos de pequena consequência material, descrentes que estão nas capacidades do sistema judicial ou de investigação criminal de recuperar os bens roubados, face aos incómodos que essa denúncia comporta para o cidadão.

6- A situação atrás descrita, revela um perigoso sentimento de renúncia e de desistência, de que “não vale a pena”, e que seguramente induz em erro as estatísticas oficiais sobre a pequena criminalidade;

7- Os signatários desejam ser informados da actual situação da segurança no Algarve, sob o ponto de vista do representante do governo e das chefias das forças de segurança pública, mas aproveitam para apresentar um conjunto de propostas concretas:

7.1 Tem sido meritória a presença do contingente de reforço policial sazonal. A visibilidade dos agentes de segurança nas ruas, reduz substancialmente os níveis de criminalidade, e aumenta o sentimento de segurança das populações. É um erro pensar-se que, ao partirem os turistas, a missão está cumprida. Pelo



contrário. Os turistas partem, mas as habitações ficam. E ficam mais desprotegidas, porque não habitadas. Propõe-se, pois, que a presença deste contingente de reforço policial, móvel e flexível, seja estendida a todas as épocas do ano.

7.2 Para além da Polícia Judiciária, existem unidades de investigação criminal, quer na PSP, quer na GNR. Estão os signatários em crer que não existe actualmente nenhum mecanismo, nem nenhum instrumento operacional que estabeleça a coordenação entre as diferentes unidades de investigação criminal a actuar no Algarve. Torna-se urgente criar uma articulação entre as diferentes áreas de investigação criminal da Polícia Judiciária, da GNR e da PSP, definindo exactamente quem assume essa responsabilidade em cada corporação.

7.3 O comando da Brigada Territorial nº 3 da GNR, encontra-se sediado em Évora, enquanto que, segundo informações de que dispomos, cerca de 75% da sua actividade se desenvolve no Algarve. Propõe-se a mudança do comando da Brigada Territorial nº 3 da GNR, de Évora para Faro.

7.4 Existe uma clara insuficiência de efectivos nas forças de segurança estacionadas no Algarve. Se contarmos com as tarefas internas e administrativas que lhes estão cometidas, e se tomarmos em consideração que esses homens e mulheres têm que se repartir por turnos ao longo de cada dia, e se contarmos com as folgas, as férias e as baixas, constata-se que o número de efectivos na rua, a patrulhar uma região com a dimensão e as características do Algarve é francamente diminuto. Torna-se, pois, imperioso, reforçar os contingentes permanentes das forças de segurança no Algarve.

7.5 A par do reforço dos efectivos, há que criar condições logísticas para os acolher com dignidade e operacionalidade. Muitos quartéis e esquadras actualmente existentes estão degradados ou são claramente insuficientes para os actuais efectivos e, noutros casos, há que criar novos postos em localidades onde ainda não existem. Informaremos o governo da nossa

opinião de que o Algarve precisa de um Plano de Investimentos Prioritários em Novas Estruturas para as Forças de Segurança. Torna-se imprescindível construir 12 novos Quartéis para a GNR (Aljezur, Odeceixe, Salir, Almancil, Quarteira, Vila Nova de Cacela, Alvor, Mexilhoeira Grande, Lagoa, Armação de Pêra-em fase de conclusão-, Tavira e Vila do Bispo), 3 esquadras para a PSP (Lagos, Loulé e Vila Real de Santo António), novas instalações para o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras em Portimão, para a Polícia Judiciária, em Faro e para o Corpo de Intervenção da PSP.

7.6 Não basta ter mais efectivos, nem mais e melhores instalações. É necessário equipá-los com armamento e equipamento moderno, e isso implica também uma revisão das normas de utilização por parte das forças de segurança, tendo em vista reequilibrar o seu combate diário com a criminalidade.

7.7 Informaremos igualmente o governo, da necessidade imperiosa de instalar o Tribunal da Relação de Faro, como peça fundamental para um melhor funcionamento do sistema judicial no Algarve.

7.8 Os signatários assumem, sem complexos, a sua convicção de que a maioria dos pequenos assaltos e furtos estão ligados ao consumo de estupefacientes, e que a legislação despenalizadora do pequeno consumo, acabou por ter o efeito perverso de legitimar os pequenos traficantes, que actuam impunemente. Irão, pois, enviar este memorando ao governo e a todos os partidos políticos com assento na Assembleia da República, solicitando a revisão do actual quadro penal.

7.9 Nada existe de mais desmoralizante para os agentes das forças de segurança do que, no exercício da sua missão, prenderem criminosos, e vê-los sair em liberdade dos tribunais mais depressa do que os agentes que os prenderam. Os signatários irão solicitar ao Ministério Público e ao Procurador-Geral da República um pedido de revisão dos procedimentos judiciais de benevolência com os criminosos.

8. Transmitir uma palavra de confiança a todos os agentes das forças de segurança estacionadas no Algarve, na certeza de que continuarão a dar o máximo de si próprios, com resultados que serão tanto melhores, quanto melhores foram as condições de trabalho de que dispunham;

9. Informar da realização de um debate aberto a todo o público, a promover pelo PSD/Algarve no próximo dia 13 de Janeiro de 2006, subordinado ao tema “Segurança, Poder e Autoridade – o caso do Algarve”, com a participação já confirmada dos conferencistas Moita Flores e Fernando Negrão. O Governador Civil de Faro é, nesta ocasião, igualmente convidado a participar no painel do debate. – **Gab. Imprensa PSD/Algarve**

Notícias de Sintra

Reviver a Antiguidade Clássica no Museu de Odrinhas

O Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas está a realizar este mês de Janeiro oficinas educativas – «Litterarum Ductus – Escrever como os romanos faziam...» –, com a finalidade de se experimentar as vivências da Antiguidade Clássica.

Esta acção desenrola-se de quarta a sexta-feira para as escolas, aos domingos para famílias.

Os dias 11, 12, 13, 18, 19, 20, 25, 26 e 27 de Janeiro, das 10h00 às 12h00 ou das 14h00 às 16h00 foram reservados aos grupos escolares. Já os dias 22 e 29 de Janeiro, das 10h30 às 12h30 são para as famílias.

Após a exploração de alguns dos monumentos patentes na exposição do Museu, com inscrições latinas de índole funerária e religiosa, os participantes são convidados a fazer uma viagem às regras da escrita da Antiguidade Clássica.

À maneira romana, utilizando como material a cera e com o auxílio de um estilete, vão fazer a sua própria inscrição em Latim, respeitando o modo como então se desenhavam as letras.

O Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas fica situado na Av. Professor Dr. D. Fernando de Almeida, em Odrinhas, na freguesia de São João das Lampas.

Sintra tem Banco local de voluntariado

Desde o dia 13 (Sexta-feira) que Sintra tem um Banco Local de Voluntariado, um espaço que visa facilitar o encontro entre quem deseja ser voluntário e as instituições que agradecem este tipo de apoio. A apresentação deste projecto teve lugar no mesmo dia, entre as 9h30 e as 12h30, no Palácio Valenças, na presença do Presidente da Câmara Municipal de Sintra, Fernando Seara.

A ideia é construir uma base de dados útil onde as pessoas voluntárias se deverão inscrever. Passada esta etapa, serão consideradas a vocação, a aptidão e competências de cada voluntário, tendo em conta o perfil procurado por cada instituição.

O encaminhamento dos voluntários para as instituições traduz-se numa proposta não vinculativa. O Banco Local de Voluntariado (BLV) não impõe candidatos a entidades ou entidades a candidatos, sendo a decisão final sempre da responsabilidade dos intervenientes.

Para que funcione, o BLV conta com a união de esforços da Câmara Municipal de Sintra (entidade instaladora do BLV, responsável por divulgar e promover o voluntariado no concelho), do Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado – responsável pelo acompanhamento técnico global do funcionamento do projecto –, das instituições organizadoras e dos próprios voluntários.

O Banco Local de Voluntariado dirige-se a todos quantos queiram participar. Numa primeira fase os interessados deverão inscrever-se junto da Divisão de Saúde e Acção Social, através dos telefones 21 920 60 20 e 21 923 60 08 ou do endereço electrónico blvoluntariado@cm-sintra.pt. Futuramente, as inscrições poderão, também, ser efectuadas no site da autarquia.

Sintra na “Exponoivos”

A Câmara Municipal de Sintra participou, pela segunda vez, no certame Exponoivos, que se realizou na semana passada realizar em Lisboa, na FIL, onde esteve presente com um stand, especialmente decorado para este efeito.

A participação na Exponoivos visou a promoção do destino Sintra junto do mercado nacional e de um público amplamente interessante para as potencialidades e características do concelho, ao mesmo tempo que se apoia os diversos agentes económicos de Sintra que participam neste certame.

A promoção ao nível do mercado interno é fundamental para Sintra, pois Portugal constitui o primeiro mercado para o concelho de Sintra em termos turísticos, tendo sido um dos mercados quem em 2004 apresentou uma maior subida no número de dormidas.

A edição da Exponoivos do ano passado contou com 39.192 visitantes.

45 anos de pintura de Ernesto Neves

“Mitos, Lendas e outras coisas” é o título da exposição de pintura com que Ernesto Neves – que já pintou ilustres figuras nacionais como Mário Soares, Cavaco Silva ou ainda Saramago – comemorou os seus 45 anos de carreira. A exposição, inaugura na Galeria Municipal de Sintra, ainda no ano passado, esteve presente até ao dia 11 deste mês.

Ernesto Neves na sua vida de artista plástico comemora 45 anos vividos para e pela arte. Anos esses, em grande parte passados em Sintra, durante os quais as técnicas e os estilos se foram encaixando e exprimindo a sua época. Ernesto Neves tem mais de 4.000 quadros espalhados pelo país e pelo mundo e está, também, representado na colecção particular de Jorge Sampaio, entre outros.

Nesta exposição, Ernesto Neves propõe um mergulho na história, nas histórias fantásticas que compõem o imaginário colectivo e na imaginação do pintor (quer seja a «Leda e o Cisne», «Actéon», «Apolo», «D. Quixote», «Fernando Pessoa», entre outros, que não morrem enquanto a arte não morrer). Ernesto Neves viaja no tempo e no espaço, não necessitando, para isso, de sair do seu atelier.

A convite do pintor, realizou-se a apresentação do livro “Aurora, filha da Terra”, da também artista plástica Camila Loureiro, recentemente agraciada pela Câmara Municipal de Sintra com a medalha de Mérito de Grau Ouro

Eléctricos de Sintra/Praia das Maçãs

Um dos emblemas da zona das praias de Sintra, o velho e encantador eléctrico Sintra/Praia das Maçãs, vai suspender, até ao fim deste mês, as suas carreiras regulares e “charters”. Trabalhos na linha e no cabo condutor de corrente, bem como a preparação da extensão da linha, até ao traçado original, levaram a esta medida. Até Fevereiro, eléctrico velhinho da nossa juventude – para que foi “menino do Banzão”! – **Gab. Imprensa Sintra.**





ÁGUEDA

Ao abrigo do disposto nos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção dos militantes de Águeda do PSD para uma Assembleia de Secção a realizar no dia 3 de Março de 2006 (sexta-feira), na sede concelhia, sita na Quinta dos Oliveiras em Águeda, às 21h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
2. Eleição da Comissão Política de Secção

Notas:

As urnas estarão abertas no dia do acto eleitoral das 21h30 às 23h30.

As listas de candidatura deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem o substitua, na sede concelhia, até às 24h00 do dia 28 de Fevereiro de 2006, devendo respeitar os requisitos constantes do Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, encontrando-se para o efeito abertas as portas da sede concelhia nos dias 27 e 28 de Fevereiro de 2006 entre as 21h00 e 24h00.

AVEIRO

Ao abrigo do artigo 51º dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção de Aveiro para reunir em sessão ordinária, no dia 3 de Fevereiro de 2006 (6ª feira), na sede concelhia de Aveiro, sita na Avenida Dr. Lourenço Peixinho, nº 177 – 1º andar, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise e aprovação das contas de 2005 do PSD a nível da Secção;
2. Análise da situação político-partidária.

AZAMBUJA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco a Assembleia de Militantes da Secção Concelhia de Azambuja para reunir no próximo dia 24 de Fevereiro (sexta-feira), no Largo da Fonte de Santo António, Nº 1, em Azambuja, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Eleição da Comissão Política de Secção

NOTAS:

1. As listas devem ser entregues na morada supra, até 72 horas antes do acto eleitoral.
2. As urnas estarão abertas entre as 17horas e as 22:30horas.

FARO

De acordo com os Estatutos do PPD/PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Faro para o próximo dia 17 de Fevereiro de 2006, pelas 21h00, na sede, sita na Rua Vasco da Gama, nº 54 – 1 dto, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação política.

POMBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Pombal para uma sessão ordinária a realizar no próximo dia 3 de Março de 2006, sexta-feira, pelas 21h00, na sua sede, Rua Dr. Luís Torres, 4-2º em Pombal, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Período antes da ordem do dia;
2. Informações do presidente da CPS acerca da actividade da Secção;
3. Eleição para os órgãos de Secção;
4. Análise da situação político-partidária

VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se uma Assembleia ordinária, a realizar no Hotel Viana SOL, no próximo dia 10 de Fevereiro de 2006, pelas 20h30, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações e análise política.

VILA DE REI

Substituição da convocatória publicada na edição anterior pela seguinte:

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convocam-se todos os militantes da Assembleia de Secção do PSD de Vila de Rei para uma reunião, a decorrer no próximo dia 13 de Fevereiro de 2006, com início às 18:00 horas, na sede do PSD de Vila de Rei, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Análise da situação política;
2. Eleição dos Delegados ao IIIº Congresso Nacional dos Autarcas Social Democratas;
3. Outros assuntos.

VILA FRANCA DE XIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social-Democrata, convoca-se os Militantes

da Secção de Vila Franca de Xira, para uma Assembleia Eleitoral a realizar no dia 24 de Fevereiro de 2006, às 18 horas, na Sede do PSD em Vila Franca de Xira, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Eleição da Comissão Política Concelhia
2. Eleição da Mesa da Secção

Nota: *As listas candidatas devem ser apresentadas na sede da Comissão Política Concelhia de Vila Franca de Xira nos prazos e condições estabelecidas no Regulamento Eleitoral do PSD, até às 23 horas do 3º dia anterior ao acto eleitoral acima referido.*

Podem eleger e ser eleitos os militantes que tenham as quotas em dia e que constem do caderno eleitoral.

A votação realiza-se entre as 18.00 horas e as 24 horas.



BARCELOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos, convoco o Plenário de Secção de Barcelos, para uma reunião dia 25 de Fevereiro de 2006 (Sábado), pelas 21h00, na Sede Concelhia do PSD Barcelos, sita na Avenida Alcaldes de Faria – 1.º, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- Ponto 1 – Informações;
- Ponto 2 – Análise da Situação Política.

O Presidente da Mesa
(Joel Sá)

NÚCLEO de VIATODOS (Barcelos)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos, convoco o Plenário do Núcleo da JSD da Freguesia de Viatodos da Secção Barcelos, para uma reunião dia 25 de Fevereiro de 2006 (Sábado), pelas 21h00, na Sede Concelhia do PSD Barcelos, sita na Avenida Alcaldes de Faria – 1.º, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- Ponto 1 – Informações;
- Ponto 2 – Eleição da Comissão Política e Mesa do Plenário do Núcleo;
- Ponto 3 – Análise da Situação Política.

Nota:

1. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa, de acordo com os Estatutos e Regulamentos da JSD.
2. As urnas estarão abertas das 21h30 às 23h00.

O Presidente da Mesa
(Joel Sá)

NÚCLEO de FORNELOS (Barcelos)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos, convoco o Plenário do Núcleo da JSD da Freguesia de Fornelos, Secção de Barcelos, para uma reunião dia 25 de Fevereiro de 2006 (Sábado), pelas 21h00, na Sede Concelhia do PSD Barcelos, sita na Avenida Alcaldes de Faria – 1.º, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- Ponto 1 – Informações;
- Ponto 2 – Eleição da Comissão Política e Mesa do Plenário do Núcleo;
- Ponto 3 – Análise da Situação Política.

Nota:

1. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa, de acordo com os Estatutos e Regulamentos da JSD.
2. As urnas estarão abertas das 21h30 às 23h00.

O Presidente da Mesa
(Joel Sá)

NÚCLEO de MOURE (Barcelos)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos, convoco o Plenário do Núcleo da JSD da Freguesia de Moure, Secção de Barcelos, para uma reunião dia 25 de Fevereiro de 2006 (Sábado), pelas 21h00, na Sede Concelhia do PSD Barcelos, sita na Avenida Alcaldes de Faria – 1.º, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- Ponto 1 – Informações;
- Ponto 2 – Eleição da Comissão Política e Mesa do Plenário do Núcleo;
- Ponto 3 – Análise da Situação Política.

Nota:

3. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa, de acordo com os Estatutos e Regulamentos da JSD.
4. As urnas estarão abertas das 21h30 às 23h00.

O Presidente da Mesa
(Joel Sá)

EDITAL

conselho de jurisdição nacional
do partido social-democrata

(2ª Publicação)

Processo: 12/2005

Cessação da inscrição no psd (art.9º, nº3 en/psd)

data: **31 de dezembro de 2005**

PARTICIPANTE: comissão política nacional do psd
INDICIADOS: Mário Lourenço Gomes

O Senhor Dr. Guilherme Silva, Presidente do Conselho de Jurisdição Nacional do PSD,
Faz saber que nos autos acima identificados, correm éditos de 8 dias, contados da segunda e última publicação do anúncio, citando:

INDICIADOS: O Exmo Senhor Candidato à **Assembleia Municipal de Soure**, Mário Lourenço Gomes, militante nº 47957, residente em Carvalhal da Azoia – Casconho 3130 SOURE com última residência conhecida na morada indicada, para no prazo de oito (8) dias, acrescidos da dilação legal, decorrido que seja o dos éditos, pronunciar-se, querendo, sobre os factos referidos pela participante e que consiste na imputação da infracção prevista no artº 9, nº 3 dos Estatutos do Partido Social Democrata – integração na lista de candidatura às Eleições Autárquicas de 9 de Outubro de 2005, concorrente da Lista apresentada pelo PPD/PSD -.

Passei o presente e mais dois de igual teor para serem afixados.

Guilherme Silva

O Presidente do CJN/PSD

Notas:

- Solicita-se que na resposta seja indicada a referência deste Processo.
- Qualquer consulta ao processo *supra* poderá ser feita pelo próprio junto do secretariado do CJN/PSD, sito Rua de São Caetano, nº9, Lisboa, telefone 213918530, dentro do horário de expediente.

A JSD congratula-se pela vitória do Professor Cavaco Silva

O passado dia 22 de Janeiro foi um dia histórico para o PSD e para Portugal. Pela primeira vez na história recente do País foi eleito Presidente da República um candidato da área ideológica do PPD/PSD.

A JSD congratula-se pela vitória do Professor Cavaco Silva, acreditando que consigo na Presidência da República teremos UM PORTUGAL MAIOR.

A arrebatadora vitória obtida na primeira volta deixou clara a vontade dos Portugueses. Durante o período que antecedeu a sua eleição, o Professor Cavaco Silva demonstrou um grande espírito democrático e de responsabilidade, abordando nos seus discursos os mais importantes problemas com que o País se debate, uniu e mobilizou os Portugueses, e acima de tudo afirmou e deu esperança ao sonho de todos nós: UM PORTUGAL MAIOR.

Tal como no período em que foi Primeiro Ministro o Professor não esqueceu os jovens, afirmando que: *“A juventude, sem dúvida uma das forças mais decisivas para a construção de um futuro melhor, terá em mim um agente político atento aos seus sonhos e preocupações, empenhado em fazer ouvir a sua voz e em garantir a igualdade de oportunidades.”*

Com a eleição do Professor Cavaco Silva sabemos que teremos um Presidente cuja actividade primará pelo rigor, competência e credibilidade,



assegurando-se a estabilidade política do País.

A JSD deseja por isso boa sorte no desempenho deste seu novo cargo.

Com Cavaco Silva, PORTUGAL tem FUTURO.

Comissão Política Nacional da JSD
23/01/2006



José Luís
Moreira da Silva

Editorial

ASSIM SE FAZ HISTÓRIA!

Os resultados da eleição para Presidente da República abriram um novo capítulo na História de Portugal recente.

E não falo apenas do facto em si da eleição do primeiro Presidente civil não socialista desde o 25 de Abril de 1974, o que só por si já é de relevo, mas de tudo o que isso terá como consequência para o futuro.

A eleição de Cavaco demonstrou que os portugueses não gostaram da actuação omissa de Sampaio durante os Governos de Guterres, nem do risco de coabitação monocolor entre uma maioria socialista e um presidente socialista, principalmente nos tempos que se vivem de dificuldades económicas e sociais. Em vez disso preferem ter na presidência uma referência de independência face ao Governo e uma consciência crítica o suficiente para alertar a maioria para os erros e para outras soluções, especialmente uma voz conhecedora, preocupada e experiente.

Os portugueses votaram assim, por um lado, contra o passado e contra a experiência negativa de Sampaio, que nada disse nem fez em relação ao descalabro do guterrismo, mas votaram também pela positiva, a favor da personalidade de Cavaco, pessoa que inspira confiança em todas as áreas políticas, da direita à esquerda, pela sua estatura de Homem de Estado e de serviço público.

A grande surpresa da eleição foi o resultado eleitoral de Alegre. Foi o único resultado não previsto por todas as empresas de sondagens, penso que não tanto por não possuírem informação nesse sentido, mas por receio de erro, face à inexistência de dados de comparação.

Entendo que a votação em Alegre teve uma parte de simpatia pelo candidato, pela sua áurea de poeta e socialista utópico, mas teve uma grande parte de voto de protesto pela actuação de Soares e de Sócrates, não só em todo o processo de escolha do candidato do PS mas também em relação ao Governo. Votar em Alegre permitia ao militante socialista descontente com o Governo votar contra Sócrates, mas continuar a votar PS. Além de que penso que o reconhecimento que a eleição de Cavaco estava garantida à primeira terá levado vários votantes não socialistas a votar útil Alegre só para aumentarem a vergonha de Soares... Enfim!

Se o futuro é risonho para Portugal e a esperança voltou a renascer com a vitória de Cavaco, pelo menos a esperança nos portugueses e no seu bom senso, já o mesmo não se pode dizer à esquerda.

Que vai o PS fazer com este resultado? Não pensamos possível a Alegre derrubar Sócrates em congresso, como gostaria, mas o seu resultado impõe cuidado e reflexão aos dirigentes do PS e ao Governo. Alterações são evidentemente necessárias.

No PP Ribeiro e Castro viu as suas teses vencedoras, contra a sua oposição interna, que terá assim que esperar melhores dias.

No nosso Partido nada podia estar melhor, com as sucessivas vitórias esmagadoras em eleições autárquicas e presidenciais. 2005 foi manifestamente um bom ano!

Vamos continuar a fazer História!

O PSD e a vitória de Cavaco Silva

Declaração de Luis Marques Mendes

«Esta é a Vitória da Credibilidade, da Confiança, do Rigor e da Esperança... O PSD sente-se hoje especialmente orgulhoso e satisfeito!»

1. De forma muito clara e expressiva os Portugueses elegeram hoje o novo Presidente da República.

Em meu nome e em nome do PSD felicito vivamente o professor Cavaco Silva por esta extraordinária vitória.

Esta é a vitória de Cavaco Silva. A vitória da credibilidade e da confiança, do rigor e da esperança, da seriedade e do espírito de ambição para Portugal.

Mas esta é também a vitória da campanha positiva e construtiva que fez e do sentido nacional da candidatura que protagonizou.

Uma grande vitória. Uma vitória que contribui para unir os Portugueses e mobilizar Portugal. Uma vitória que garante que Cavaco Silva será o Presidente de todos os Portugueses.

2. Hoje fez-se história em Portugal. Pela primeira vez em 31 anos de democracia foi possível eleger um Presidente da República oriundo da nossa área política.

O mérito é de Cavaco Silva e dos milhões de Portugueses que nele confiaram. Nosso, é o orgulho e a alegria de ter ajudado a cumprir este sonho e esta ambição.

Não para tirar qualquer vantagem partidária desta eleição. Mas por acreditarmos que um destacado social democrata, investido nas mais altas funções do Estado, será seguramente factor de confiança no futuro e agente activo de modernidade, de desenvolvimento e de justiça social.

3. O PSD sente-se hoje especialmente orgulhoso e satisfeito. Por ter definido e executado com rigor uma estratégia que contribuiu para este importante sucesso eleitoral.

Cavaco Silva não era um candidato partidário.



Mas era o candidato que todo o Partido se orgulhava de apoiar.

Quero, nesta ocasião, agradecer a todos os militantes, simpatizantes, dirigentes e autarcas do PSD o esforço, a dedicação e a generosidade que colocaram nesta campanha, tal como já tinham manifestado na grande vitória das recentes eleições autárquicas.

Todos têm esta noite fortes razões para comemorar. Empenharam-se nesta eleição com a convicção de estarem a contribuir para um melhor futuro para Portugal.

No momento em que se inicia um novo ciclo político, o PSD congratula-se com esta grande vitória. Esta é também uma importante vitória de Portugal. – Luís Marques Mendes



Propriedade PSD-Partido Social Democrata



Relação e Serviços Administrativos (Assinaturas) Rua de São Cateiano à Lapa, 9 1249-087 LISBOA - Telef. 213918500 - Fax. 213973168- Depósito legal n.º1970/83 - I.C.S. n.º 105690
Composição - Direcção dos Serviços de Comunicação-PSD - Imprensa - Mirandela Artes Gráficas, S.A. Rua Rodrigues Faria, 103 - 1300 LISBOA
Distribuição - VASP Distribuidora de Publicações - Complexo Crel Bela-Vista - Rua da Tascoa, 4.º Piso - Massamá - 2745 QUELUZ - Telef. 214398500 - Fax. 213976967

POVOLIVRE